

**Nº 13 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 02 de Julho
de 2009. -----**

Aos dois dias do mês de Julho do ano dois mil e nove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Luís Manuel Areias Fontes, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, e Sra. Dr.^a Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram onze horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e nove de Junho do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ENG. NUNO ARTUR ESTEVES FERREIRA RODRIGUES. -----

O Vereador, Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, esteve ausente na reunião ordinária do executivo camarário, por se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

- **Dia do Município** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no próximo dia 08 de Julho, dia do Município, presidirá aos eventos a levar a efeito o Exmo.Senhor Governador Civil, Dr. Alexandre Chaves. -----

- **Visita do Sr. Ministro da Cultura a Chaves** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no próximo dia 10 de Julho, o Sr. Ministro da Cultura, Dr. José António Pinto Ribeiro, realizará uma visita oficial ao concelho de Chaves, visitando diversos pontos de interesse da cidade, tais como, "As Termas Romanas de Chaves", o "Baluarte do Cavaleiro", o "Centro Cultural de Chaves", procedendo, em especial, à cerimónia de inauguração do Arquivo Municipal de Chaves, sito na Rua Bispo Idácio. -----

- **Reunião do Conselho Local de Acção Social** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 25 de Junho, se realizou uma reunião de trabalho do Conselho Local de Acção Social, onde foram apreciadas as candidaturas de

âmbito social, tendo sido ordenadas, de acordo com os critérios já estabelecidos, da seguinte forma: -----

- Centro de Apoio a Deficientes de Chaves, Centro Social de Tronco, Centro Social de São Vicente da Raia, Centro Social de Ervededo, Santa Casa da Misericórdia, Centro Social de Vila Verde da Raia, Centro Social de Curalha, Centro Social de Cimo de Vila da Castanheira e Centro Social de Faiões. -----

- **"Feira das independências"** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 26 de Junho, foram promovidas várias iniciativas tendo como tema principal o combate às drogas e à toxicodependência. -----

- **"Jornadas Nortenas de Diabetologia Prática em Medicina Familiar"** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, nos pretéritos dia 26 e 27 de Junho, tiveram lugar as Jornadas Nortenas de Diabetologia Prática em Medicina Familiar", no Hotel Casino de Chaves, sendo estas presididas pelo Prof. Doutor Davide Carvalho e contando com a presença de mais de 400 médicos. --

- **Festival de Folclore** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 27 de Junho se realizou um Festival de Folclore, contando com a presença de vários ranchos folclóricos. -----

- **"Verão Total"** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 29 de Junho, o canal de televisão RTP1, emitiu, durante 6 horas, o programa "Verão Total", em directo, da cidade de Chaves, divulgando assim, as pessoas, os costumes e a cidade de Chaves. -----

- **Programa de Regeneração Urbana** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 30 de Junho, assinou, na cidade de Braga, o 2º programa de Regeneração Urbana, onde a principal acção é a construção do Pavilhão Multiusos. Esta candidatura envolve, uma comparticipação comunitária de aproximadamente 9.8 milhões de euros. -----

III - ANALISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

1. AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO - TRANSMISSAO DE ACÇÕES DA EHATB SA - PROPOSTA N.º. 60/GAPV/2009 -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

IV - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DRA. MARIA ALINE DA SILVA FERREIRA CAETANO -----

Usou da palavra a Vereadora do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, tendo interpelado o senhor Presidente da Câmara sobre a realização, justa e merecida, da homenagem póstuma ao Ilustre Flaviense e antigo Director Clínico do Balneário Termal, Dr. Mário Carneiro, tanto mais que o executivo municipal já adoptou

deliberação no sentido de atribuir o nome do homenageado ao Balneário Termal. -----

Em resposta ao esclarecimento solicitado pela referida vereadora, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, prestado a seguinte informação: -----

a) O Município de Chaves, mediante proposta devidamente sancionada por este órgão executivo, já decidiu homenagear o Dr. Mário Carneiro com a concessão de seu nome ao Balneário Termal; -----

b) Na presente data, já foi colocada, junto ao aludido Balneário, uma placa dando concretização a tal merecida distinção pública ao Dr. Mário Carneiro; -----

c) A homenagem póstuma ao Dr. Mário Carneiro deverá ser realizada aquando da inauguração oficial do Museu das Termas, ao qual irá ser, também, atribuído o nome do Homenageado. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 18 de Junho de 2009. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1 PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE VILA REAL, A AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL E O MUNICÍPIO DE CHAVES. PARA RATIFICAÇÃO. PROPOSTA N 55/GAPV/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

1. Considerando que no âmbito da revisão do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, diploma que estabelece as medidas e acções estruturais e operacionais relativas à prevenção e protecção das florestas contra incêndios, foram definidas e implementadas estruturas de coordenação e articulação estratégica distrital, consubstanciadas nas Comissões Distritais de Defesa da Floresta responsáveis pela elaboração do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios que visa, entre outros objectivos, definir a rede primária de faixas de gestão de combustíveis a nível distrital e incorporar o planeamento municipal ao nível do planeamento da rede secundária de faixas de gestão de combustível;--

2. Considerando que as Câmaras Municipais têm, no Sistema de Defesa Contra Incêndios, um papel fundamental de articulação institucional e de execução de um conjunto de infra-estrutura de defesa da floresta e de defesa de pessoas e bens, planeadas no âmbito dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;

3. Considerando que a Autoridade Florestal Nacional exerce competências no âmbito da prevenção estrutural com especial

relevância ao nível da coordenação dos diversos agentes e da salvaguarda do património florestal público; -----

4. Considerando que a adequação da Autoridade Florestal Nacional ao novo tempo da floresta portuguesa não se coaduna com a manutenção de um parque de máquinas vasto que, em articulação com os Governos Cíveis e as Câmaras Municipais, no âmbito das competências de cada um destes, pode ser rentabilizado, aumentando os níveis de eficiência e eficácia de actuação destes equipamentos; -----

5. Considerando que, na sequência do exposto, foi proposto ao Município de Chaves a realização de um protocolo de colaboração a celebrar entre o Governo Civil do Distrito de Vila Real, a Autoridade Florestal Nacional e este Município, com o objectivo de assegurar o enquadramento operacional para cedência, por parte da Autoridade Florestal Nacional, de uma máquina pesada, e definição do âmbito de utilização do referido equipamento; -----

6. Considerando ainda, que a fim de não protelar a colaboração proposta, dada a importância subsequente da mesma, não só para este concelho, mas também, para os concelhos de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, foi assinado pelo senhor Presidente da Câmara, no passado dia 20 de Junho, o protocolo de colaboração atrás referido; -----

7. Considerando, que nos termos do disposto na alín. h), do n.º 2, do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, compete à Câmara Municipal colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da Administração Central, dispondo ainda, tal órgão executivo, de competência para deliberar sobre a participação do Município em projectos e acções de cooperação descentralizada; -----

8. Considerando que o Presidente da Câmara pode praticar quaisquer actos da competência da Câmara, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes, e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, ficando tais actos sujeitos a ratificação deste órgão, na primeira reunião após a sua prática, nos termos do disposto no n.º 3, do Artigo 68º, da referida Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:

a) Que seja ratificado o clausulado do Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Chaves, a Autoridade Florestal Nacional e o Governo Civil do Distrito de Vila Real, cujo teor contém cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias (documento que se anexa para os devidos efeitos);

b) Que seja dado conhecimento da presente ratificação à Autoridade Florestal Nacional e ao Governo Civil do Distrito de Vila Real. ----

Chaves, 25 de Junho de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(João Batista) -----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE VILA REAL, A AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL E O MUNICÍPIO DE CHAVES -----

O Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios verificou, em 2008, a sua consolidação. -----

A revisão do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, permitiu evoluir e definiu e implementou estruturas de coordenação e articulação estratégica distrital, consubstanciadas nas Comissões Distritais de Defesa da Floresta responsáveis pela elaboração do

plano do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios que visa, entre outros objectivos, definir a rede primária de faixas de gestão de combustíveis a nível distrital e incorporar o planeamento municipal ao nível do planeamento da rede secundária de faixas de gestão de combustível. -----

As Câmaras Municipais têm, no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, um papel fundamental de articulação institucional e de execução de um conjunto de infraestruturas de defesa da floresta e de defesa de pessoas e bens, planeadas no âmbito dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

A Autoridade Florestal Nacional, enquanto responsável pelo primeiro pilar do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, exerce as suas competências no âmbito da prevenção estrutural com especial relevância ao nível da coordenação dos diversos agentes e da salvaguarda do património florestal público. -----

A adequação da Autoridade Florestal Nacional ao novo tempo da floresta portuguesa não se coaduna com a manutenção de um parque de máquinas vasto que, em articulação com os Governos Cívicos e as Câmaras Municipais, no âmbito das competências de cada um destes, pode ser rentabilizado, aumentando os níveis de eficiência e eficácia de actuação destes equipamentos. -----

Assim, é celebrado entre o Governo Civil do Distrito de Vila Real, pessoa colectiva n.º 600018873 com sede no Largo Conde de Amarante, na cidade de Vila Real, como primeiro outorgante, representado pelo Governador Civil, Dr. Alexandre António Alves Chaves; -----

A Autoridade Florestal Nacional, adiante designada por AFN, pessoa colectiva de direito público n.º 600077857, com sede na Av. João Crisóstomo n.º 26-28, 1069-040, Lisboa, como segundo outorgante, representada neste acto pelo seu Presidente, Eng. António José Rego; E O Município de Chaves, pessoa colectiva n.º 501205551, com sede no Largo Camões, na cidade de Chaves, representada pelo seu presidente, Dr. João Baptista; -----

O presente protocolo de colaboração que se regerá pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula Primeira -----

Objecto -----

O presente Protocolo tem por objecto assegurar o enquadramento operacional para a cedência de uma máquina pesada da AFN no distrito de Vila Real ao Município de Chaves e definir o âmbito de utilização deste equipamento. -----

Cláusula Segunda -----

Âmbito operacional -----

1. A utilização da máquina pesada abrangida pelo presente protocolo visa os seguintes objectivos: -----

a) Colaboração na construção das redes primárias de faixas de gestão de combustíveis, definida no Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, para a área do Município; -----

b) Apoio às acções de serviço público das equipas de sapadores florestais, realizadas em Matas Nacionais e Perímetros Florestais e coordenadas pela AFN dentro da área do Município; -----

c) Apoio ao combate e às operações de rescaldo de incêndios florestais, sempre que solicitados pelo Comandante Distrital das Operações de Socorro. -----

2. A máquina cedida não será utilizada em exclusividade pelo Município de Chaves, devendo a sua utilização ser compatibilizada com as necessidades dos municípios de Boticas, Montalegre, Ribeira

de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, nos termos do n.º 2 da cláusula quinta. -----

3. A máquina cedida será utilizada pelo Município fora dos períodos a que se referem as actividades previstas no n.º 1 da presente cláusula para as acções que visem a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento das suas populações. -----

4. A máquina pesada abrangida é definida em Anexo ao presente protocolo que dele faz parte integrante. -----

Cláusula Terceira -----

Obrigações do primeiro outorgante -----

1. O Governo Civil acorda com o Município, até ao dia 20 de Outubro de cada ano, o plano de actividades da máquina pesada, de acordo com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios e os trabalhos de serviço público da Estrutura de Sapadores Contratualizada com a AFN, a efectuar neste Município e ainda nos municípios de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. -----

2. O plano referido no número anterior deve ser apresentado à Comissão Distrital de Defesa da Floresta. -----

Cláusula Quarta -----

Obrigações do segundo outorgante -----

1. A AFN presta apoio técnico à actividade da máquina pesada, em articulação com o Governo Civil, no âmbito das alíneas a) e b) da cláusula segunda. -----

2. A AFN, através do Director Regional de Florestas ou do Coordenador de Prevenção Estrutural, promove a articulação com o Governo Civil e com o Centro Distrital de Operações de Socorro, necessária à utilização da máquina no âmbito da alínea c) da cláusula segunda. -----

Cláusula Quinta -----

Obrigações do terceiro outorgante -----

1. O Município de Chaves, em conjunto com os restantes municípios utilizadores da máquina pesada, garante a operacionalidade permanente do equipamento cedido, bem como a sua gestão e manutenção. -----

2. O Município disponibiliza o equipamento para a execução das actividades previstas no plano anual de actividades e prestam apoio sempre que esteja em causa a salvaguarda do património florestal do Estado gerido pela AFN. -----

Cláusula Sexta -----

Vigência e denúncia -----

1. O presente Protocolo é válido pelo período de dois anos, renováveis automaticamente. -----

2. Este Protocolo pode ser denunciado a todo o tempo por qualquer das partes mediante justificação da proposta. -----

3. A denúncia do presente protocolo é realizada mediante aviso prévio e com antecedência mínima de 180 dias. -----

Cláusula sétima -----

Anexo -----

Faz parte integrante do presente Protocolo, para todos os efeitos, o seguinte Anexo: -----

Anexo I - Identificação da máquina pesada cedida. -----

Feito em Vila Real, aos 20 dias do mês de Junho de 2009, em três exemplares que vão ser assinados pelo Governador Civil de Vila Real, pelo Presidente da Autoridade Florestal Nacional e pelo Presidente

do Município de Chaves ficando um exemplar na posse de cada uma das entidades. -----
 Governo Civil do Distrito de Vila Real -----
 O Governador Civil -----
 Dr. Alexandre Chaves -----
 Autoridade Florestal Nacional -----
 O Presidente -----
 Eng.º António José Rego -----
 Município de Chaves -----
 O Presidente -----
 Dr. João Batista -----
 Anexo I -----
 (Identificação da máquina pesada cedida) -----
 Marca - Komatsu - Modelo - D60 - Potência - 145 cv -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. PROPOSTA DE CONCESSÃO DE CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS, POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO MUNICÍPIO, NO PRÓXIMO DIA 8 DE JULHO. PROPOSTA Nº. 56/GAPV/2009 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Da Exposição dos Motivos: -----

De acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, aprovado em reunião ordinária de Assembleia Municipal de vinte e oito de Abril de 1992, as medalhas municipais destinam-se a distinguir pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizem pelos seus méritos pessoais ou feito cívicos e ainda funcionários do Município, pelo desempenho das suas funções. -----

Ainda nos termos do aludido regulamento, artigo 2º, "as medalhas municipais são cinco, assim designadas: de **Honra**, de **Mérito**, de **Valor e Altruísmo**, de **Bons Serviços**, de **Dedicação**". -----

Neste contexto, a "medalha de Mérito Municipal destina-se a distinguir as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos actos advenham assinaláveis benefícios para o Município, quer pela divulgação dos seus valores, quer pelo superior exercício de funções autárquicas, quer por se haverem notabilizado em qualquer ramo das ciências, da cultura, desporto ou no exercício de qualquer outra actividade". -----

A medalha Municipal de Dedicação, destina-se a galardoar os funcionários do Município que, cumprindo determinado período da sua carreira, tenham revelado no exercício do seu cargo, assiduidade, exemplar comportamento e reconhecida dedicação". -----

Da Proposta -----

De acordo com o consignado no Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais do Município de Chaves, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal o seguinte: -----

a) Que por ocasião da Comemoração do Dia do Município, no próximo dia 8 de Julho de 2009, sejam concedidas, nos termos do supra citado Regulamento das Condecorações Municipais, as seguintes medalhas: ---

MEDALHA DE MÉRITO - GRAU OURO -----

Major General Jorge de Jesus dos Santos, pelo seu desempenho com notoriedade, nos variados cargos militares, assumindo uma postura de

colaboração com o Município de Chaves, muito particularmente na sua freguesia de origem, S. Vicente da Raia, daí advindo assinaláveis benefícios para o concelho de Chaves. -----

Jorge de Jesus dos Santos nasceu a 01 de Fevereiro de 1953 em Orjais - S. Vicente da Raia, concelho de Chaves. -----

Foi promovido a Coronel em 30 de Dezembro de 2000, a Coronel Tirocinado em 30 de Julho de 2005. É Major General desde 25 de Janeiro de 2007. -----

Ingressou na Academia Militar em 1971, onde concluiu o Curso de Engenharia Militar. -----

No posto de Coronel foi Comandante do Regimento de Engenharia n.º 3 e Chefe do Estado-Maior do Quartel-General da Região Militar do Norte e do Comando do Pessoal. -----

Como Engenheiro militar e civil foi responsável por diversos projectos e direcção de obras. -----

Da sua folha de serviços constam treze louvores, sendo três concedidos pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército, sete por outros Oficiais Gerais e três por outras entidades militares e civis. -----

Foi condecorado com duas Medalhas de Prata de Serviços Distintos, com as Medalhas de Mérito Militar de 1ª e de 2ª classe, com as Medalhas de Ouro e de Prata de Comportamento Exemplar, com a Medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal do Porto e com a Medalha de Mérito Profissional do Governo de Macau. -----

Desempenha actualmente as funções de Director da Direcção de Obtenção de Recursos Humanos do Exército, sedeadas no Porto. -----

Ainda a **Medalha de Mérito - Grau Ouro**, aos Presidentes de Junta, que durante mais de 15 anos desempenharam ou têm desempenhado o exercício de funções autárquicas, em prol do desenvolvimento das freguesias do concelho de Chaves. -----

- o Alexandre Crespo Dias (Sanjurge) -----
- o Álvaro José Madureira Pereira (Ervededo) -----
- o Amândio Teixeira Esteves (Anelhe) -----
- o Antenor dos Anjos (S. Vicente da Raia) -----
- o Antero Luís Ginja (Roriz) -----
- o António dos Anjos Martins (Stº António de Monforte) -----
- o António Fontoura Carneiro (Mairos) -----
- o Augusto Clemente Rodrigues (Vilas Boas) -----
- o Augusto Jaime Martins Cruz (Vilarinho das Parinheiras) -----
- o Eduardo Augusto Fraga da Cruz (Póvoa de Agrações) -----
- o Eduardo Júlio Alves Brás (Vidago) -----
- o Fernando Martins dos Santos (Seara Velha) -----
- o Francisco Gonçalves Macedo (Selhariz) -----
- o Gabriel Teixeira (Oucidres) -----
- o Gilberto Reis Sousa (Bustelo) -----
- o Gustavo Batista (Travancas) -----
- o Jaime Alcântara Martins (Vilela Seca) -----
- o João Carlos Alves Neves (Santa Maria Maior) -----
- o João Carneiro (Curalha) -----
- o João Rua Banha (Soutelo) -----
- o José Joaquim Pires Fernandes (Redondelo) -----
- o José Manuel Agrelo Pires (Paradela de Monforte) -----
- o Octávio Gomes Lage (Vilela do Tâmega) -----
- o Raul Fernandes Salvador (Oura) -----

MEDALHA DE DEDICAÇÃO - GRAU OURO, aos funcionários da Câmara Municipal de Chaves, por terem atingido 25 anos completos de serviço efectivo, com competência e zelo: -----

o Adolfo Ferreira Melo -----
 o Alcino Paiva -----
 o António Manuel Fidalgo Madureira Moura -----
 o Artur Aires Pereira -----
 o Conceição Dolores Borges Sousa -----
 o Daniel Couto Santos -----
 o Delmar Castro Frade -----
 o Domingos António Lages Carvalhais -----
 o Domingos José Reis -----
 o Eugénio Ramos Pereira -----
 o Flávio de Jesus Pires -----
 o Henrique Pires Cruz -----
 o Jorge Ferreira Ramos -----
 o José António Fernandes -----
 o José Manuel Tenreiro Coelho -----
 o José Vinhais Chaves -----
 o Lucínio Rodrigues Vila Nova -----
 o Luís Carriço Pires -----
 o Manuel Afonso Santos -----
 o Manuel António Martinho -----
 o Manuel Fernando Pereira Costa -----
 o Marcelina Braz Rodrigues -----
 o Maria Fernanda Oliveira Moura Branco -----
 o Maria Olinda Costa Ramos Paiva -----
 o Modesto Jesus Magalhães -----
 o Orlando Machado Gonçalves Quintas -----
 o Rui Manuel Santos Teixeira -----
 Paços do Concelho de Chaves, 26 de Junho de 2009 -----
 O Presidente da Câmara Municipal -----
 Dr. João Batista -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. CONQUISTA DE SUBIDA À LIGA VITALIS POR PARTE DO GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES;- RECONHECIMENTO DE MÉRITO DESPORTIVO. PROPOSTA Nº 57/GAPV/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da justificação -----

1. Considerando que o Grupo Desportivo de Chaves é uma associação desportiva sem fins lucrativos, com reconhecida utilidade pública, voltada para a prática e dinamização do desporto no Concelho de Chaves; -----

2. Considerando que, no final da época desportiva 2008/2009, o Grupo Desportivo de Chaves conquistou a subida à "Liga Vitalis", passando assim a ser, na presente data, a única associação desportiva, em toda a Região Transmontana, a disputar os escalões seniores profissionais do futebol Português; -----

3. Considerando que tal conquista constitui, inquestionavelmente, um importante factor para a dinamização do desporto concelhio,

aportando, igualmente, um claro contributo para uma imagem positiva do Município de Chaves; -----

4. Considerando que tal conquista se deveu, indubitavelmente, ao trabalho protagonizado pelos atletas que integraram o plantel sénior do Clube e pela respectiva equipa técnica, bem como pela Comissão Administrativa e demais colaboradores do Clube que, com o seu esforço e dedicação, tornaram possível relançar o Clube no caminho dos sucessos desportivos e recuperar a sua credibilidade; -----

5. Considerando que, nos termos das disposições combinadas previstas, respectivamente, na alínea d), do n.º 7, do art. 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações e na alínea b), do n.º 2, do art. 21º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, é competência da Câmara Municipal de Chaves apoiar actividades desportivas de interesse municipal. -----

II - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que tome deliberação no sentido de: -----

a) Reconhecer o mérito do trabalho desenvolvido por todos os intervenientes na conquista da subida à Liga Vitalis, por parte do Grupo Desportivo de Chaves, muito concretamente, os elementos que integraram o plantel sénior e a respectiva equipa técnica, bem como a Comissão Administrativa responsável pela gestão do Clube e todos os colaboradores integrados no Departamento respectivo, que, com o seu esforço e dedicação, tornaram possível tal conquista, mediante a colocação de uma placa, à semelhança de situações análogas anteriores, no Estádio Municipal de Chaves, onde constem os seus respectivos nomes; -----

b) A colocação da referida placa, no Estádio Municipal de Chaves, deverá ser precedida de uma cerimónia a realizar com a participação dos representantes da Câmara Municipal e de todas as pessoas referidas na alínea anterior. -----

Chaves, 26 de Junho de 2009. -----

O Presidente da Câmara -----

Dr. João Batista -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. FREGUESIAS

3.1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE OURA, NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL - "PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSOS/ QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL NOS ESPAÇOS RURAIS". LUÍS ANTÓNIO TEIXEIRA DOS SANTOS E ISAURA FERNANDES. PROPOSTA N 34/GATF/2009 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO:-----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão Ordinária do dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da

delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho, no âmbito da Acção Social.-----

Considerando que as Autarquias são as entidades responsáveis pela Administração dos territórios, ao nível do Concelho e da Freguesia, integrando na sua dinâmica as Redes Sociais, através da parceria alargada com diversas instituições comunitárias;-----

Considerando que o Município de Chaves estabeleceu Protocolos com o Instituto de Segurança Social, IP, no âmbito do "Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas", criado através do Despacho n.ºs. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º. 3293/2008, de 11 de Fevereiro, com o objectivo de beneficiar Idosos do Concelho de Chaves, que se enquadram no âmbito desse Programa; -----

Considerando que o Programa visa implementar o combate à pobreza e à exclusão Social, investindo na qualificação habitacional dos espaços rurais, com destaque para o acentuado envelhecimento da população e desertificação, o que tem intensificado a quebra das redes familiares de proximidade; -----

Considerando que o mencionado Programa surge contextualizado num parque habitacional degradado e tem como principal finalidade o investimento numa melhor qualificação habitacional da população idosa, permitindo-lhe prolongar o tempo de permanência na sua habitação, com melhor qualidade de vida e evitando o risco de acidentes domésticos e de possíveis custos em despesas de Saúde;----

Considerando que estas obras se integram no âmbito da actividade da Autarquia, no que se refere à Acção Social;-----

Considerando que na Freguesia de Oura, deste Concelho de Chaves houve duas candidaturas ao referido Programa, sendo uma de Luís António Teixeira dos Santos e a outra de Isaura Fernandes, que foram aprovadas, pelo Instituto de Segurança Social, IP com um montante de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) para cada uma;-----

Considerando que o valor total estimado da obra, mais equipamento importa em 7.939,00€;-----

Considerando que a Junta de Freguesia de Oura é a entidade mais próxima e que melhor conhece a realidade local, podendo à partida acompanhar e conduzir todo o processo de requalificação das habitações dos requerentes; Considerando, que no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências em vigor, devidamente aprovado pelos Órgãos do Município e da Freguesia em causa, encontram-se previstas, no domínio da Acção Social diversas competências nomeadamente na Gestão, conservação e reparação de creches e jardins de - infância; Gestão, conservação e reparação de centros de apoio à terceira idade; Gestão, conservação e reparação de centros comunitários;-----

Considerando, por último, que a acção ora proposta, na área do social, tem enquadramento na matéria objecto de delegação na aludida freguesia de Oura, por via do Protocolo de Delegação de Competências em vigor.-----

II - DA PROPOSTA -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas e de acordo com o Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Chaves e a Freguesia de Oura, particularmente, na área da Acção Social, tomo a liberdade de Propor a adopção da seguinte estratégia de actuação:-----

a) Que no âmbito do aludido Protocolo, a execução do Projecto de Acção Social supra identificado seja delegado na Freguesia de Oura.

b) O valor financeiro para a execução de tal competência encontra-se fixado em 7.939,43€ (sete mil novecentos e trinta e nove euros e quarenta e três cêntimos), e tem cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01.-----
 À Consideração Superior-----
 Câmara Municipal de Chaves, 29 de Junho de 2009-----
 A Funcionária, -----
 (Maria das Graças) -----
 Anexo: -----

Minuta do Protocolo.-----

I - JUSTIFICAÇÃO-----
 EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO-----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de Oura, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 506 922 464, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Raul Fernandes Salvador. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de

execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do Protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Oura, no âmbito do Programa " Conforto Habitacional para Pessoas Idosas/Qualificação Habitacional nos espaços Rurais", criado pelo Governo, através do Despacho nº. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho 3293/2008, de 11 de Fevereiro, a execução das seguintes obras, nas CASAS DE HABITAÇÃO DE:-----

LUÍS ANTÓNIO TEIXEIRA DOS SANTOS, residente no lugar e Freguesia de Oura e ISAURA FERNANDES, residente na aldeia de Vila Verde de Oura, da Freguesia de Oura, deste Concelho de Chaves. -----

Primeira casa em Oura: -----

a) Demolição do telhado e construção de um novo, com colocação de forro em madeira de pinho abeto envernizado e respectiva estrutura de suporte; -----

b) Colocação de Portas e Janelas de alumínio termo lacado, com vidro duplo, pelo valor de 5.389,43€-----

Segunda Casa em Vila Verde de Oura: -----

c) Limpeza, emboço, reboco e pintura das paredes; -----

d) Pintura das paredes com tinta de água; -----

c) Fornecimento e colocação de lavatório, incluindo a ligação às redes de água e saneamento; -----

d) Fornecimento e colocação de banca de cozinha, incluindo a ligação às redes de água e saneamento; -----

e) Colocação de painel impermeável na parede junto da banca, pelo valor de 2.550,00€ o que dá um total para as duas habitações de 7.939,43€.-----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de Oura no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras. -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Oura, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de - 7.939,43€ (sete mil novecentos e trinta e nove euros e quarenta e três cêntimos), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida obra, mediante a prévia apresentação das respectivas facturas. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2009-----
 O Presidente da Câmara Municipal-----
 (Dr. João Batista) -----
 O Presidente da Junta de Freguesia -----
 (Raul Fernandes Salvador)-----
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.29. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.2. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO/PARCERIA COM A JUNTA DE FREGUESIA DE OUCIDRES, NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL -"PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSOS/ QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL NOS ESPAÇOS RURAIS/ SILVANA GONÇALVES.PROPOSTA N 35/GATF/09 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão Ordinária do dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho, no âmbito da Acção Social.-----

Considerando, que as Autarquias são as entidades responsáveis pela Administração dos territórios, ao nível do Concelho e da Freguesia, integrando na sua dinâmica as Redes Sociais, através da parceria alargada com diversas instituições comunitárias;-----

Considerando, que o Município de Chaves estabeleceu Protocolos com o Instituto de Segurança Social, IP, no âmbito do "Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas", criado através do Despacho n.ºs. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º. 3293/2008, de 11 de Fevereiro, com o objectivo de beneficiar Idosos do Concelho de Chaves, que se enquadram no âmbito desse Programa; -----

Considerando, que o Programa visa implementar o combate à pobreza e à exclusão Social, investindo na qualificação habitacional dos espaços rurais, com destaque para o acentuado envelhecimento da população e desertificação, o que tem intensificado a quebra das redes familiares de proximidade; -----

Considerando, que o mencionado Programa surge contextualizado num parque habitacional degradado e tem como principal finalidade o investimento numa melhor qualificação habitacional da população idosa, permitindo-lhe prolongar o tempo de permanência na sua habitação, com melhor qualidade de vida e evitando o risco de acidentes domésticos e de possíveis custos em despesas de Saúde;----

Considerando, que estas obras se integram no âmbito da actividade da Autarquia, no que se refere à Acção Social; -----

Considerando, que na Freguesia de Oucidres, deste Concelho de Chaves houve uma candidatura ao referido Programa, de Silvana Gonçalves, que foi aprovada pelo Instituto de Segurança Social, IP, com um montante de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros); -----

Considerando, que o valor total estimado da obra, mais equipamento importa em 7.115,00€; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de Oucidres é a entidade mais próxima e que melhor conhece a realidade local, podendo à partida acompanhar e conduzir todo o processo de requalificação das habitações dos requerentes; -----

Considerando, que no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências em vigor, devidamente aprovado pelos Órgãos do Município e da Freguesia em causa, encontram-se previstas, no domínio da Acção Social diversas competências nomeadamente na Gestão, conservação e reparação de creches e jardins de - infância; Gestão, conservação e reparação de centros de apoio à terceira idade; Gestão, conservação e reparação de centros comunitários;-----

Considerando, por último, que a acção ora proposta, na área do social, tem enquadramento na matéria objecto de delegação na aludida freguesia de Oucidres, por via do Protocolo de Delegação de Competências em vigor.-----

II - DA PROPOSTA-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas e de acordo com o Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Chaves e a Freguesia de Oucidres, particularmente, na área da Acção Social, tomo a liberdade de Propor a adopção da seguinte estratégia de actuação: -----

a) Que no âmbito do aludido Protocolo, a execução do Projecto de Acção Social supra identificado seja delegado na Freguesia de Oucidres.-----

b) O valor financeiro para a execução de tal competência encontra-se fixado em 7.115,00€ (sete mil cento e quinze euros), e tem cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01.-----

À Consideração Superior-----

Câmara Municipal de Chaves, 29 de Junho de 2009-----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo. -----

I - JUSTIFICAÇÃO-----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho.-----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas, de equipamentos públicos e/ou privados, no âmbito da Acção Social, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes.

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal participação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos

próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas.-----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade.-----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO-----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de Oucidres, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 506 873 692, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Gabriel Teixeira.-----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente Protocolo de Execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Oucidres, no âmbito do Programa " Conforto Habitacional para Pessoas Idosas/Qualificação Habitacional nos espaços Rurais", criado pelo Governo, através do Despacho nº. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho 3293/2008, de 11 de Fevereiro, a execução das seguintes obras, na CASA DE HABITAÇÃO DA SENHORA D. SILVANA Freguesia de Oucidres, deste Concelho de Chaves: -----

a) - Demolição do telhado, incluindo remoção de telha, estrutura de madeira e limpeza e construção de um novo, com a respectiva estrutura de suporte; -----

b) - Demolição da cobertura do WC; -----

c) -Cobertura do telhado da casa e WC, com colocação de caleiras, impermeabilização da laje e pintura do tecto e paredes, tudo no GONÇALVES, residente na aldeia de Vilar de Izeu, da valor total de 7.115,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de Oucidres no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras acima identificadas. -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Oucidres, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico.-----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de ____ dias, a contar da data da

celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo.-----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de -7.115,00 €, (sete mil cento e quinze euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida obra, mediante a prévia apresentação das respectivas facturas.-----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da obra, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização.

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias.-----

Chaves, de de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia-----

(Gabriel Teixeira) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.29. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO/PARCERIA COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO, NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL -"PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSOS/ QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL NOS ESPAÇOS RURAIS. ANA ESTEVES LOPES PROPOSTA N 36/GATF/2009 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão Ordinária do dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho, no âmbito da Acção Social.-----

Considerando que as Autarquias são as entidades responsáveis pela Administração dos territórios, ao nível do Concelho e da Freguesia, integrando na sua dinâmica as Redes Sociais, através da parceria alargada com diversas instituições comunitárias;-----

Considerando que o Município de Chaves estabeleceu Protocolos com o Instituto de Segurança Social, IP, no âmbito do "Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas", criado através do Despacho n.ºs. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º. 3293/2008, de 11 de Fevereiro, com o objectivo de beneficiar Idosos do Concelho de Chaves, que se enquadram no âmbito desse Programa; -----

Considerando que o Programa visa implementar o combate à pobreza e à exclusão Social, investindo na qualificação habitacional dos espaços rurais, com destaque para o acentuado envelhecimento da população e

desertificação, o que tem intensificado a quebra das redes familiares de proximidade; -----
 Considerando que o mencionado Programa surge contextualizado num parque habitacional degradado e tem como principal finalidade o investimento numa melhor qualificação habitacional da população idosa, permitindo-lhe prolongar o tempo de permanência na sua habitação, com melhor qualidade de vida e evitando o risco de acidentes domésticos e de possíveis custos em despesas de Saúde;----
 Considerando que estas obras se integram no âmbito da actividade da Autarquia, no que se refere à Acção Social; -----
 Considerando que na Freguesia de Santo Estêvão, deste Concelho de Chaves houve uma candidatura ao referido Programa, de Ana Esteves Lopes, que foi aprovada pelo Instituto de Segurança Social, IP, com um montante de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros); -----
 Considerando que o valor total estimado da obra, mais equipamento importa em 8.437,50€; -----
 Considerando que a Junta de Freguesia de Santo Estêvão é a entidade mais próxima e que melhor conhece a realidade local, podendo à partida acompanhar e conduzir todo o processo de requalificação das habitações dos requerentes; -----
 Considerando, que no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências em vigor, devidamente aprovado pelos Órgãos do Município e da Freguesia em causa, encontram-se previstas, no domínio da Acção Social diversas competências nomeadamente na Gestão, conservação e reparação de creches e jardins de - infância; Gestão, conservação e reparação de centros de apoio à terceira idade; Gestão, conservação e reparação de centros comunitários; ----
 Considerando, por último, que a acção ora proposta, na área do social, tem enquadramento na matéria objecto de delegação na aludida freguesia de Santo Estêvão, por via do Protocolo de Delegação de Competências em vigor. -----

II - DA PROPOSTA-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas e de acordo com o Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Chaves e a Freguesia de Santo Estêvão, particularmente, na área da Acção Social, tomo a liberdade de Propor a adopção da seguinte estratégia de actuação: -----

a) Que no âmbito do aludido Protocolo, a execução do Projecto de Acção Social supra identificado seja delegado na Freguesia de Santo Estêvão.-----

b) O valor financeiro para a execução de tal competência encontra-se fixado em 8.437,50€; (oito mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), e tem cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01.-----

À Consideração Superior-----

Câmara Municipal de Chaves, 29 de Junho de 2009-----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo. -----

I - JUSTIFICAÇÃO-----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do

passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas.-----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade.-----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO-----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de Santo Estêvão, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 506 904 776, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Maria Antónia C. Chaves Esteves.-----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do Protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Santo Estêvão, no âmbito do Programa " Conforto Habitacional para Pessoas Idosas/Qualificação Habitacional nos espaços Rurais", criado pelo Governo, através do Despacho nº. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho 3293/2008, de 11 de Fevereiro, a execução das seguintes obras, na CASA DE HABITAÇÃO DA SENHORA D. ANA ESTEVES LOPES, residente no lugar e Freguesia de Santo Estêvão, deste Concelho de Chaves: -----

a) Construção de WC em terraço e acesso interior, com pavimento em mosaico; -----

b) Substituição de banheira por duche, com a respectiva base, lavatórios torneiras ligações para água quente e fria; -----

c) Ligação à rede de saneamento; -----
d) Colocação de esquentador, incluindo ligação de água e também ao WC, tudo pelo valor de 8.437,50€; -----
2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----
3ª. - A freguesia de Santo Estêvão no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras. -----
4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Santo Estêvão, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----
5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo.-----
6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de - 8.437,50€, (oito mil e quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida obra, mediante a prévia apresentação das respectivas facturas.-----
7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização.-----
8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----
Chaves, de de 2009-----
O Presidente da Câmara Municipal-----
(Dr. João Batista) -----
O Presidente da Junta de Freguesia-----
(Maria Antónia C. Chaves Esteves) -----
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.29. -----
À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.4. REFORMULAÇÃO DO PROTOCOLO DE INVESTIMENTO ASSINADO COM A FREGUESIA DE OUCIDRES, DESTE CONCELHO DE CHAVES, RELATIVO AO ANO DE 2008. PROPOSTA N 38/GATF/09 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que em 28/12/05 foi aprovada a matriz de Protocolo de Delegação de Competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e as respectivas Freguesias do Concelho conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/05, bem como o Protocolo de Execução de Delegação de Competências, documentos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais;-----

Considerando que, dando materialização a tais instrumentos Jurídicos de Delegação de Competências nas Freguesias, veio a ser celebrado em 31/07/08, um Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Oucidres, destinada à execução das obras de "Pavimentação de Arruamentos" na Freguesia, pelo valor de 7.500,00€; Considerando que, para além das obras executadas ao abrigo do Protocolo acima mencionado, a freguesia de Oucidres tem necessidade de executar outras obras, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos da freguesia, nomeadamente: a construção de um "Regadio de âmbito Agrícola", no valor de 10.000,00€ (dez mil euros); -----

Considerando que o orçamento apresentado pela Junta de Freguesia para execução desses trabalhos, é economicamente favorável, se os mesmos forem mandados executar por administração directa da Junta;-- Considerando que o valor total Protocolado importa em 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros); -----

II - DA PROPOSTA-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas e nos termos da credencial legal prevista na Lei 159/99, de 14/09, e ainda ao abrigo do Quadro Legal de referência em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais positivado na Lei 169/99, de 18/09 e ulteriores alterações tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta:----

a) Que seja autorizada a reformulação do Protocolo de Execução estabelecido com a Junta de Freguesia de Oucidres, para 2008, introduzindo-lhe o valor adicional de 10.000,00€ (dez mil euros) no seu art. 1º para execução das mencionadas obras. -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, a mesma terá cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01., ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara a outorgar no documento.-----

À Consideração Superior-----

Câmara Municipal de Chaves, 29 de Junho de 2009-----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo reformulado. -----

I - JUSTIFICAÇÃO-----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho.-----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes.-----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal participação financeira, através

da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade.-----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO-----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de Oucidres, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Gabriel Teixeira.-----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Oucidres, a execução das seguintes obras: -----

a) Pavimentação de Arruamentos, no valor de 7.500,00€; -----

b) Construção de Regadio de âmbito Agrícola, pelo valor de 10.000,00€-----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

3ª. - A freguesia de Oucidres no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras: -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Oucidres, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico.-----

5a. - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de _____ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

6a. - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2., no valor global de -17.500,00 €, (dezassete mil e quinhentos euros), dos quais já foram cinco mil euros, será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

8a. - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2009-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia-----

(Gabriel Teixeira) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.29. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3.5. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO/PARCERIA COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE NANTES, NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL -"PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSOS/ QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL NOS ESPAÇOS RURAIS/ JOSÉ RUA.PROPOSTA N 37/GATF/2009 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - JUSTIFICAÇÃO: -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal de Chaves, em sua sessão Ordinária do dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho, no âmbito da Acção Social.-----

Considerando que as Autarquias são as entidades responsáveis pela Administração dos territórios, ao nível do Concelho e da Freguesia, integrando na sua dinâmica as Redes Sociais, através da parceria alargada com diversas instituições comunitárias;-----

Considerando que o Município de Chaves estabeleceu Protocolos com o Instituto de Segurança Social, IP, no âmbito do "Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas", criado através do Despacho n.ºs. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º. 3293/2008, de 11 de Fevereiro, com o objectivo de beneficiar Idosos do Concelho de Chaves, que se enquadram no âmbito desse Programa; -----

Considerando que o Programa visa implementar o combate à pobreza e à exclusão Social, investindo na qualificação habitacional dos espaços rurais, com destaque para o acentuado envelhecimento da população e desertificação, o que tem intensificado a quebra das redes familiares de proximidade; -----

Considerando que o mencionado Programa surge contextualizado num parque habitacional degradado e tem como principal finalidade o investimento numa melhor qualificação habitacional da população

idosa, permitindo-lhe prolongar o tempo de permanência na sua habitação, com melhor qualidade de vida e evitando o risco de acidentes domésticos e de possíveis custos em despesas de Saúde;----
 Considerando que estas obras se integram no âmbito da actividade da Autarquia, no que se refere à Acção Social; -----
 Considerando que na Freguesia de Vilar de Nantes, deste Concelho de Chaves houve uma candidatura ao referido Programa, de José Rua, que foi aprovada pelo Instituto de Segurança Social, IP, com um montante de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros); -----
 Considerando que o valor total estimado da obra, mais equipamento importa em 3.500,00€; -----
 Considerando que a Junta de Freguesia de Vilar de Nantes é a entidade mais próxima e que melhor conhece a realidade local, podendo à partida acompanhar e conduzir todo o processo de requalificação das habitações dos requerentes; -----
 Considerando, que no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências em vigor, devidamente aprovado pelos Órgãos do Município e da Freguesia em causa, encontram-se previstas, no domínio da Acção Social diversas competências nomeadamente na Gestão, conservação e reparação de creches e jardins de - infância; Gestão, conservação e reparação de centros de apoio à terceira idade; Gestão, conservação e reparação de centros comunitários;----
 Considerando, por último, que a acção ora proposta, na área do social, tem enquadramento na matéria objecto de delegação na aludida freguesia de Vilar de Nantes, por via do Protocolo de Delegação de Competências em vigor. -----

II DA PROPOSTA-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas e de acordo com o Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Chaves e a Freguesia de Vilar de Nantes, particularmente, na área da Acção Social, tomo a liberdade de Propor a adopção da seguinte estratégia de actuação: -----

a) Que no âmbito do aludido Protocolo, a execução do Projecto de Acção Social supra identificado seja delegado na Freguesia de Vilar de Nantes.-----

b) O valor financeiro para a execução de tal competência encontra-se fixado em 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros), e tem cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01.-----

À Consideração Superior-----

Câmara Municipal de Chaves, 29 de Junho de 2009-----

A Funcionária, -----

(Maria das Graças) -----

Anexo: -----

Minuta do Protocolo.-----

I - JUSTIFICAÇÃO-----

EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

1 - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 28 de Dezembro de 2005, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho.-----

2 - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que

concerne às obras de construção e reparação extraordinária de equipamentos públicos e/ou privados, no âmbito da Acção Social, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

3 - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

4 - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----

Assim, -----

II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO-----

ENTRE: -----

1. Outorgante: Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e-----

2. Outorgante: Freguesia de Vilar de Nantes, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 506 841 430, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Carlos António Batista Feliz. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

1a. - O Município de Chaves, no cumprimento do Protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de Vilar de Nantes, no âmbito do Programa " Conforto Habitacional para Pessoas Idosas/Qualificação Habitacional nos espaços Rurais", criado pelo Governo, através do Despacho nº. 6716-A/2007, de 5 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Despacho 3293/2008, de 11 de Fevereiro, a execução das seguintes obras, na CASA DE HABITAÇÃO DO SENHOR JOSÉ RUA, residente no Bairro do Cascalho em Nantes, da Freguesia de Vilar de Nantes, deste Concelho de Chaves: -----

a) Demolição e limpeza da lareira da cozinha e execução de uma nova, que ofereça segurança e aquecimento; -----

b) Forrar o telhado em madeira de pinho abeto envernizado e toda a estrutura de suporte; -----

c) Acesso interno ao WC e remoção da banheira, substituindo-a por duche, com e execução e colocação de uma janela e rede eléctrica, tudo pelo valor de 3.500,00€; -----

2a. - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01.-----

3ª. - A freguesia de Vilar de Nantes no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras antes mencionadas. -----

4a. - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de Vilar de Nantes, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico, bem como a manter em bom estado de conservação as infra-estruturas e os equipamentos objecto de delegação de competência realizando os investimentos necessários para o efeito.-----

5a. A Junta de Freguesia obriga-se a remeter, anualmente, no mês de Abril, um relatório à Câmara Municipal sobre a aplicação dos meios financeiros transferidos no ano transacto.-----

6a. - O pagamento da comparticipação financeira indicado na cláusula 1ª, no valor de - 3.500,00€ (três mil quinhentos euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida obra, mediante a prévia apresentação das respectivas facturas. -----

7a. - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização; -----

8a. - Em tudo o que for omissso no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----

Chaves, de de 2009-----

O Presidente da Câmara Municipal-----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Junta de Freguesia-----

(Carlos António Batista Feliz) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.29. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC/DED. PARA CONHECIMENTO.-

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. FESTAS DA CIDADE 2009 - DIA DA CIDADE E DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO N.º245 /DSC/09. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A agenda cultural do Município de Chaves está preenchida, todo o ano, de forma regular, com actividades múltiplas, indo de encontro às preferências da população flaviense, em matéria de consumo cultural. -----

Algumas das acções culturais estão enraizadas nos hábitos dos flavienses, como também integram roteiros na região norte, através de parcerias, privilegiando a repartição de custos da realização desses eventos. -----

No corrente ano, o cartaz cultural denominado "CHAVES EM FESTA 2009" realiza-se de 27 de Junho a 12 de Julho, conforme programa detalhado que se apresenta aqui como proposto, em anexo. -----

Considerando que a realização das aludidas festividades, com especial enfoque no dia da cidade (8 de Julho) envolvem alguns aspectos logísticos já assegurados mediante a realização de protocolos institucionais de procedimentos concursais, havendo ainda outros que implicam a aquisição de bens e serviços, recorrendo aos serviços de empresas especializadas, em virtude de a autarquia não dispor de tais recursos. -----

Considerando que a previsão da aquisição de bens e serviços elencados se referem a: -----

QT	DESCRIÇÃO		ECONÓMICA
1	Caixa Papel Fotográfico (A3) para Diplomas	35,10€	02.01.08
1500	Folhas papel Cartolina (convites da presidência)	246,00€	02.01.08
3000	Envelopes Oficiais da Presidência	792,00€	02.01.08
	Arranjos Florais para a cerimónia de condecorações	690,00€	02.01.19.02
	Artigos de Decoração	100,00€	02.01.19.02
1	Almoço Oficial	1.750,00€	02.02.25.99
	Promoção das Festas (Pendões + Lona)	1.200,00€	02.02.17.03

Considerando que a estimativa de custos proposta para a aquisição dos bens e serviços em causa se situa na ordem dos 4.813,10€ (quatro mil oitocentos e treze euros e dez cêntimos - Iva incluído à respectiva taxa legal em vigor). -----

II - Proposta -----

Face ao exposto, submete-se esta informação à consideração superior para: -----

a) Aprovação do Programa das Festas da Cidade - "Chaves em Festa 2009", tomando a liberdade de sugerir que o mesmo, caso mereça concordância, seja encaminhado à próxima reunião do executivo municipal para conhecimento; -----

b) Que sejam autorizadas as despesas inerentes à sua realização; ----

c) Solicita-se ainda, no caso de vir a ser superiormente reconhecida a necessidade da aquisição dos bens e serviços requisitados, o envio da presente proposta à Secção de Aprovisionamento, para que a mesma possa iniciar os respectivos procedimentos administrativos para as aquisições em causa. -----

À consideração superior, -----

A Técnica Superior -----

(Cláudia Araújo) -----
 Anexo: Programa das Festas da Cidade - CHAVES EM FESTA 2009 -----
 PROGRAMA - CHAVES EM FESTA 2009 -----

Data	Programa / Evento	Local
27/28 - JUN	Festival CHAVES FOLK - 1as Jornadas de Folclore	Centro Cultural de Chaves Praça de Camões
27/28 - JUN	III Maratona Feminina FUTSAL cidade de Chaves	Pavilhão. Municipal Chaves
29 JUN	22h00 - Los CUBANITOS salsa	Praça de Camões
30 JUN	22h00 - MITORGA - Fado	Praça de Camões
01 JUL	22h00 - TORRE D'ANTO - Fado	Praça de Camões
02 JUL	22h00 - ANNIE - Musical	Auditório Centro Cultural
03/05 - JUL	XVIII Maratona FTSAL cidade de Chaves	Pavilhão. Municipal Chaves
03 JUL	22h00 - Calcinhas Amarelas - Teatro	Praça de Camões
04 JUL	22h00 - ORQUESTRA DO NORTE	Praça de Camões
05 JUL	22h00 - ANNIE - Musical	Auditório Centro Cultural
06 JUL	22h00 - BOSSA ANTIGUA - Jazz	Praça de Camões
07 JUL	21h30 - CHAVES NA MODA	Praça de Camões
08 JUL	10h00 - Cerimónia do Hastear da Bandeira Nacional	Praça de Camões
	11h00 - Abertura da exposição FESTIMAGE	Largo General Silveira
	11h30 - Romagem ao cemitério - Homenagem aos mortos do combate do dia 8 de Julho de 1912	
	12h00 - Cerimónia de Condecorações Municipais	Auditório Centro Cultural

	18h00 - Concerto de Aniversário da Assoc. Cultural Flaviense	Alameda S. Roque
	22h00 - Arraial com as bandas de Vila Verde da Raia, "Os Pardais" e Rebordondo	Alameda de S. Roque
	23h59 - Espectáculo Pirotécnico	Ponte de S. Roque
	00h15 - FUNÇÃO PÚBLIKA	Alameda de S. Roque
08/31 JUL	FESTIMAGE - Exposição	Largo General Silveira
09 JUL	22h00 - LUCKY DUCKIES - Concerto	Praça de Camões
10 JUL	22h00 - Banda Filarmónica de LOIVOS	Jardim Público
10/12 JUL	22h00 - ROCK CHAVES FESTIVAL 2009	Forte S. Neutel
11/12 JUL	VIII Maratona Veterana FUTSAL cidade de Chaves	Pavilhão. Municipal Chaves
11/12 JUL	1ª Prova da 12ª TAÇA DE PORTUGAL / AP Precisão de Aterragem em Paraquedismo	Jardim do Tabolado

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.06.26-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.29. -----

Concordo. À reunião de Câmara para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO "GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DOS ASES DA MADEIRA" PARA A REALIZAÇÃO DA "II MARATONA DE FUTEBOL DE PRAIA DE CHAVES". PROPSOTA N.º. 58/GAPV/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

O "Grupo Desportivo Recreativo e Cultural dos Ases da Madalena", vai levar a efeito pela segunda vez, a II Maratona de Futebol de Praia de Chaves, nos dias 31 Julho, 1 e 2 de Agosto; -----
 Considerando o sucesso desta iniciativa na sua primeira edição que se traduziu na participação de 24 equipas de futebol apoiadas por um publico que demonstrou grande interesse pelo evento; -----
 Considerando que esta Associação, de cariz cultural, recreativo e desportivo, propõe-se construir a infra-estrutura/campo de jogos, na margem esquerda, a montante da Ponte Barbosa Carmona, nesta cidade de Chaves, no espaço recentemente intervencionado no âmbito do Programa Polis; -----
 Considerando que sem o apoio financeiro da autarquia este Grupo Desportivo não detém capacidade financeira para, por si só, tornar este projecto exequível; -----
 Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b), do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

- a)** Apoiar financeiramente o "Grupo Desportivo Recreativo e Cultural dos Ases da Madalena ", com um subsídio no valor de 23.000,00 €, (vinte e três mil euros) tendo em vista a execução do campo de futebol de praia; -----
 - b)** Atribuir a gestão e manutenção deste espaço ao "Grupo Desportivo Recreativo e Cultural dos Ases da Madalena", nos precisos termos da minuta do contrato de comodato que se anexa; -----
 - c)** Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----
 - d)** Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----
 - e)** Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;
 - f)** A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 08.07.01.06. -----
- Chaves, 29 de Junho de 2009 -----
 O Presidente da Câmara Municipal -----
 (João Martins Gonçalves Batista) -----

MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO -----

Entre: -----

O Município de Chaves, pessoa colectiva número 501 205 551, com sede no Largo de Camões da cidade de Chaves, representado neste acto pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com poderes para o acto, conforme o disposto nas alíneas a), do n.º1 e h), do n.º2, do art. 68º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, -----
 E: -----

O Grupo Desportivo Recreativo e Cultural dos Ases da Madalena, pessoa colectiva nº 506703924, como comodatário, com sede no Largo de São Roque, Freguesia da Madalena, 5400 Chaves, devidamente representada pelo seu Presidente, Augusto Rufino Martins, casado, titular do Cartão de Cidadão nº.02891445, contribuinte fiscal nº. 142314951, com poderes para o acto, e adiante designada por segundo outorgante ou comodatário, é celebrado o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula primeira -----

O **Primeiro Outorgante** é dono e legítimo possuidor do prédio urbano sito a montante da Ponte Barbosa Carmona, da freguesia Madalena, concelho de Chaves, devidamente identificado na planta que se anexa à Escala 1:1000 e que faz parte integrante deste contrato. -----

Cláusula segunda -----

O Primeiro outorgante atribui a gestão e a manutenção do campo de jogos de futebol de praia ao **Segundo Outorgante**, para uso gracioso e exclusivo deste, e pelo período de 1 (um) ano, sucessivamente prorrogável por igual período, com a obrigação de o restituir assim que o Primeiro Outorgante o exija. -----

Cláusula terceira -----

O Segundo Outorgante fica obrigado a fazer uso prudente e cuidado do identificado prédio, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----

1 - Promover a expensas suas todas as obras de conservação ordinária que se mostrem indispensáveis à adequada utilização da infra-estrutura. -----

2 - Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento. --

3 - Em caso de deterioração ou qualquer vício que impeça a sua normal actividade por causas não imputáveis ao comodatário deverá este comunicar de imediato os factos ao comodante. -----

Cláusula quarta -----

1 - Todas as obras de benfeitorias que forem realizadas pelo segundo outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2 - Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito a receber do primeiro outorgante, qualquer indemnização, seja a que titulo for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

Cláusula quinta -----

O prazo de vigência do presente contrato será indeterminado, ficando na faculdade do comodante promover a rescisão em qualquer momento, mediante simples aviso de 90 dias, findo o qual o comodatário procederá à devolução do imóvel nas mesmas condições em que o recebeu. -----

Cláusula sexta -----

O presente contrato produz todos os seus efeitos após a sua assinatura. -----

Cláusula sétima -----

Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre as partes ou pelas disposições constantes dos artigos 1129º e ss do Código Civil.

Cláusula oitava -----

Para todas as questões emergentes do presente contrato de comodato é competente o foro da comarca de **Chaves**, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Chaves, _____, de 2009 -----

O Primeiro Outorgante, -----
 O Segundo Outorgante, -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FÁBRICA DA IGREJA DE BOBADELA DE MONFORTE. PROPOSTA N 59/GAPV/2009. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos -----

Através do ofício registado nos Serviços de Expediente Geral desta Câmara Municipal, sob o nº 9736, de 28 de Junho, veio a Comissão da Fábrica da Igreja de Bobadela de Monforte, solicitar apoio financeiro para a execução de obras na Igreja Paroquial de Bobadela. Na referida petição, foram assinaladas as intervenções mais prementes que esta comissão pretende levar a cabo, as quais visam dignificar o local de culto da população desta Freguesia. -----

Considerando que sem o apoio do Município, a instituição não conseguiria levar a cabo as intervenções necessárias à preservação deste importante espaço - Igreja, que constitui património histórico e religioso; -----

Considerando as responsabilidades do Município no domínio da preservação do património histórico espalhado pelas diversas aldeias do concelho; -----

Considerando que é dever destas instituições a protecção, conservação e modernização do equipamento religioso do concelho; ---

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea m), do número 2, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente àqueles que prossigam fins de recuperação do património municipal. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

a) Apoiar financeiramente a "Comissão da Fábrica da Igreja de Bobadela de Monforte", no montante de 1.000,00 € (Mil Euros); -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

d) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 08.07.01.01. -----

f) Chaves, 29 de Junho de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(João Martins Gonçalves Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

V

ACÇÃO SOCIAL:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC/DAS. PARA CONHECIMENTO.

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. PAGAMENTO DE RENDA EM DÍVIDA. INFORMAÇÃO N.º 244/DAS/09. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 3. -----

A Técnica Superior de Serviço Social, -----

(Dra. Maria Júlia da Cruz Forte) -----

DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.06.26-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração da senhora Vereadora, Drª Maria de Lurdes Campos.-----

DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.06.26. -----

Visto. Concordo. Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.26. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. DEVOLUÇÃO DE RENDA A 2 INQUILINOS QUE ADQUIRIRAM AS HABITAÇÕES. INFORMAÇÃO N.º 246/DAS/09 -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 4. -----

A Técnica Superior de Serviço Social, -----

(Dra. Maria Júlia da Cruz Forte) -----

DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.06.26. -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

1.1. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ADJACENTE À IGREJA DA MADALENA PARA A INSTALAÇÃO DE UMA POUSADA DA JUVENTUDE - ESTUDO PRÉVIO-. INFORMAÇÃO DO GABINETE PARA A REGENERAÇÃO URBANA. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - INTRODUÇÃO -----

O presente parecer reporta-se ao estudo prévio das obras de reabilitação do edifício adjacente à Igreja da Madalena, situado entre a rua de São João de Deus e o Rio Tâmega, tendo em vista a instalação de uma Pousada da Juventude. -----

Elaborado pelo empresa Esboços & Riscos - Atelier de Arquitectura, o estudo em causa corporiza a acção 2.4 do plano de acção da candidatura associada à Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves, aprovada no âmbito do Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano, pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional Norte, em 29 de Julho de 2008. -----

II - A INTERVENÇÃO -----

O estudo em análise, para além da reabilitação do edifício existente, propõe a demolição das construções existentes a norte do mesmo e na subsequente criação de um corpo saliente (construção de raiz), o qual, por si só, constitui uma componente escultórica que contribuirá para a melhoria da qualidade visual e vivencial do local enquanto espaço urbano. -----

De mencionar que a intervenção causa foi objecto de um primeiro estudo, que previa o corpo saliente acima referido com dois pisos acima da cota do solo. Na sequência de indicações que nos foram transmitidas pela Administração da Região Hidrográfica do Norte (ofício n.º 4657, de 27/04/2009), concluiu-se a necessidade de se elaborar um aditamento ao estudo inicial, de forma a acautelar que a cota de pavimento da nova construção fosse superior à prevista para cheia com um período de retorno de 100 anos. -----

III - ENTIDADES EXTERNAS AO MUNICÍPIO -----

Foi promovida a consulta das entidades externas ao Município que, nos termos da lei, deveriam emitir parecer sobre a pretensão, ou seja: -----

- Direcção Regional da Cultura do Norte (DRCN), face à inserção da edificação a intervencionar na área de protecção da Ponte Romana sobre o rio Tâmega; -----

- Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH), face ao domínio hídrico e à localização de parte dos edifícios a intervencionar na área Adjacente do Rio Tâmega. -----

Em modo consultivo, foram igualmente auscultadas as seguintes entidades: -----

- Movijovem, tendo em vista a futura inclusão do equipamento na rede de pousadas de Juventude de Portugal, cuja gestão é uma das incumbências de tal entidade; -----

- Delegação de Saúde de Chaves, dado o cariz da utilização que se deseja para a edificação a intervencionar; -----

- Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), através do Comando de Operação de Socorro de Vila Real, dado tratar-se da entidade competente para assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndios em edifícios. -----

Em relação ao parecer solicitado à DRCN, informa-se que até a presente data não foi recepcionado por estes serviços qualquer documento que expresse uma tomada de decisão por parte de tal entidade. O n.º 4, do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, estipula que *"As entidades consultadas devem pronunciar-se no prazo de 20 dias a contar da data de disponibilização do processo."* Já o n.º 5, do mesmo preceito legal, reza que se deve considerar *"... haver concordância daquelas entidades com a pretensão formulada se os respectivos pareceres, autorizações ou aprovações não forem recebidos dentro do prazo."* Tendo sido a última versão do estudo em análise recepcionada pela DRCN no dia 18/05/2009, essa entidade deveria nos ter feito chegar o seu parecer, o mais tardar, até o dia 17/06/2009. Nesta conjuntura, entende-se que se poderá considerar haver concordância por parte da DRCN em relação ao estudo em causa. -----

A ARH, através do seu ofício n.º 5996, de 03/06/2008, veio nos comunicar o deferimento do estudo em causa, anexando ainda a respectiva Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Construção (Autorização n.º A01322/2009.RH3.1212.A). -----

Das entidades auscultadas a título consultivo, até a presente data apenas a ANPC e a Delegação de Saúde de Chaves responderam à solicitação que lhes foi formulada pela Câmara Municipal. -----

A ANPC, através do seu ofício n.º 027918/2009, de 1 de Junho, veio referir que nada tem a opor ao desenvolvimento do estudo em causa, desde que seja aferida a viabilidade da utilização da cobertura como espaço técnico, ou seja, caso a potência útil dos equipamentos a instalar no local venha a exceder os valores previstos no n.º 3, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, deverá ser procurada uma localização alternativa para os mesmos. Ainda no mesmo ofício, a ANPC refere que se deverá encontrar um local alternativo para a instalação do Posto de Transformação existente no local, de modo a que este venha a implantar-se numa cota de cheia superior à estabelecida para o período de retorno de 100 anos (350,13 metros). Sobre este último ponto, informa-se que o Posto de Transformação em causa, como é consabido, já se encontra em funcionamento no local há mais de 20 anos, e a eventual necessidade da sua deslocalização, salvo melhor parecer, não deve servir de entrave ao desenvolvimento do estudo em causa, o qual, diga-se, com recurso à uma solução técnica extremamente simples, limita-se apenas a camuflar tal infra-estrutura, de modo a eliminar o constrangimento visual que esta acarreta para o espaço urbano em que se insere. ----

A Delegação de Saúde de Chaves, através do parecer anexo ao seu ofício n.º 272, de 20/05/2009, suscita a necessidade de o estudo em causa ser objecto de algumas rectificações pontuais, que podem - e devem - ser colmatadas no desenvolvimento do subsequente projecto de execução. Importa aqui referir que, embora o parecer emitido pelo Delegado de Saúde de Chaves se reporte ao primeiro estudo apresentado, o mesmo adequa-se perfeitamente à versão em análise, dado incidir apenas sobre instalações sanitárias e cozinhas. -----

Relativamente o parecer solicitado à Movijovem, estes serviços, também até a presente data, não recepcionaram qualquer correspondência por parte dessa entidade. Assim sendo, considera-se lícita a presunção de que a mesma não possui reparos a suscitar. ---

IV - ANÁLISE -----

Como já antes se referiu, o estudo em análise, para além da reabilitação do edifício existente, prevê ainda a demolição das construções existentes a norte do mesmo e a subsequente criação de um novo volume (construção de raiz), que contribuirá para a melhoria da qualidade visual e vivencial do local em que se insere enquanto espaço urbano. -----

Em relação às questões técnicas e funcionais a considerar a nível de compartimentação, estes serviços técnicos nada têm a acrescentar aos pareceres emitidos pela ANPC e pela Delegação de Saúde de Chaves. -- No que concerne ao custo estimado para a construção, verifica-se que o estudo em causa aponta para um montante de 594.434,43 €, valor que ultrapassa em 116.189,05 € o custo de 478.245,38 € definido para a realização da obra no plano de acção da candidatura referida no início deste documento. Recomenda-se, portanto, que, dentro do possível, seja procurada a aproximação do custo da obra ao valor indicado no mencionado plano de acção. -----

V - CONCLUSÃO -----

Verificando-se que as questões referidas no capítulo anterior poderão - e deverão - vir a ser resolvidas no desenvolvimento do estudo em presença para projecto de execução, considero por bem, nestes termos, propor ao Executivo Municipal a aprovação do estudo prévio em causa. -----

De acordo com o n.º 2, da Cláusula 5.ª, do contrato celebrado para a concepção do projecto, a empresa adjudicatária dispõe de um prazo de 45 dias a contar da aprovação deste estudo prévio, para apresentar o projecto de execução, o qual deverá incluir os seguintes estudos de especialidades: -----

- Projecto de arquitectura (*incluindo plano de acessibilidades que demonstre a rede de espaços, circuitos e equipamentos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada, em razão das alterações a introduzir*); -----

- Projecto de estabilidade; -----

- Projecto de distribuição e infra-estruturas eléctricas; -----

- Projecto de instalação de gás; -----

- Projecto de redes prediais de águas e esgotos; -----

- Projecto de águas pluviais; -----

- Projecto de arranjos exteriores; -----

- Projecto de infra-estruturas de telecomunicações e de rede de dados; -----

- Projecto de instalações mecânicas (*Transporte de pessoas e bens, aquecimento de água e climatização, tendo como referência a utilização de energias renováveis e o articulado do RSECE e RCCTE*); -

- Projecto de segurança contra incêndios (SCIE); -----

- Projecto de segurança contra intrusão; -----

- Projecto acústico; -----

- Plano de Segurança e Saúde - fase de projecto. -----

À consideração superior -----

Chaves, 26 de Junho de 2009 -----

O Técnico -----

José Paulo Roxo Pires da Fonte -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPOSNÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2009.06.26. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.2. RECONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DA ACISAT PARA CRIAÇÃO DO CENTRO DE EXPOSIÇÕES "EXPOFLÁVIA". INFORMAÇÃO DO GABINETE PARA A REGENERAÇÃO URBANA -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - INTRODUÇÃO -----

O presente parecer refere-se ao estudo em anexo, apresentado pela empresa Cândido Lopes + Nicolau Lopes, Architectos Lda., relacionado com a criação do Centro de Exposições "Expoflávnia", mediante intervenção no Pavilhão da ACISAT, com acesso pela rua do Picadeiro. Embora seja referida a apresentação de um projecto base, há que esclarecer que este não se encontra instruído com todos os elementos que deveriam compor um estudo de tal natureza. Com efeito, o estudo apresentado consubstancia antes um conjunto de documentos técnicos, pelo qual a equipa projectista expõe uma proposta preliminar de intervenção. Frisa-se, portanto, que o objecto da avaliação técnica efectuada por estes serviços técnicos recai apenas sobre tal proposta. -----

Para finalizar este capítulo, salienta-se que o estudo em causa reporta-se à acção 2.3 do plano de acção da candidatura associada à Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves, aprovada no âmbito do Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano, pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional Norte, em 29 de Julho de 2008. -----

II - A INTERVENÇÃO -----

O estudo em análise prevê a demolição do actual Pavilhão da ACISAT e a sua substituição por uma nova construção, na qual será instalado o Centro de Exposições "Expoflávnia". Este, por sua vez, será dotado de área de exposições de 993 metros quadrados, articulada em termos de imagem com um outro volume solto, que se desdobra em dois pisos, aonde se desenvolve um programa que aponta para actividades de carácter formativo, de apoio jurídico e empresarial. -----

III - ANÁLISE -----

Da análise efectuada por estes serviços ao estudo apresentado, considera-se por bem tecer as seguintes observações: -----

- O ascensor previsto deverá possuir as características definidas no ponto 2.6.2, da secção 2.6, das Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 163/2008, de 8 de Agosto. -----
- Recomenda-se a previsão de uma instalação sanitária com dimensões adequadas ao uso por parte de pessoas com mobilidade condicionada no piso 1. -----

De mencionar a particularidade de o estudo em análise prever que um dos acessos ao pavilhão se processe por uma área que actualmente serve como depósito de viaturas da Polícia de Segurança Pública, o que acarretará a necessidade de se estabelecer um acordo de serventia com tal entidade. -----

De mencionar igualmente que o estudo em análise implica na necessidade de se ajustar proposta do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, de modo a que esta passe a ter em consideração a manutenção e reaproveitamento da totalidade área de implantação do

pavilhão de ACISAT e a consequente eliminação da ligação prevista entre a rua do Picadeiro e a Avenida Xavier Teixeira. -----
 No que concerne ao custo estimado para a construção, verifica-se que o estudo em causa aponta para um montante de 900.000,00 €. Este valor ultrapassa em 82.362,14 € o custo de 817.637,86 € definido para a realização da obra no plano de acção da candidatura referida no início deste documento. Se atentarmos que estamos perante a previsão de uma nova construção, ao invés da reabilitação inicialmente prevista, somos levados a concluir a aceitabilidade de tal diferencial. -----

IV - CONCLUSÃO -----

As questões suscitadas no capítulo anterior enquadram-se no conceito de meros ajustamentos, pelo que poderão ser facilmente acauteladas na próxima fase do estudo em presença. Neste contexto, permito-me sugerir e propor o seguinte: -----

- Que o Executivo Municipal aprove o estudo em causa nos termos do expresso neste parecer; -----

- Que o estudo em causa se desenvolva já para projecto de execução, de forma a possibilitar que a confirmação da candidatura da acção a que o mesmo se reporta se faça em tempo útil. -----
 Caso o Executivo Municipal venha a acolher a sugestão e a proposta acima expostas, deverá então ser diligenciada a apresentação do subsequente projecto de execução, que deve incluir os seguintes estudos de especialidades: -----

- Projecto de arquitectura (*incluindo plano de acessibilidades que demonstre a rede de espaços, circuitos e equipamentos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada, devendo ainda ser acompanhado de todas as peças desenhadas que demonstrem os elementos construtivos a demolir, a manter e a construir*); -----

- Projecto de estabilidade; -----

- Projecto de distribuição e infra-estruturas eléctricas; -----

- Projecto de instalação de gás; -----

- Projecto de redes prediais de águas e esgotos; -----

- Projecto de águas pluviais; -----

- Projecto de arranjos exteriores; -----

- Projecto de infra-estruturas de telecomunicações e de rede de dados; -----

- Projecto de instalações mecânicas (*transporte de pessoas e bens (ascensor), aquecimento de água e climatização tendo como referência a utilização de energias renováveis e o articulado do RSECE e RCCTE*); -----

- Projecto de segurança contra incêndios (SCIE); -----

- Projecto de segurança contra intrusão; -----

- Projecto acústico; -----

- Plano de Segurança e Saúde - fase de projecto. -----

À consideração superior -----

Chaves, 29 de Junho de 2009 -----

O Técnico -----

José Paulo Roxo Pires da Fonte -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPOSNÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2009.06.26. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

2.1. PEDIDO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO - ORDESAP, IMOBILIÁRIA - LDA. - SITO NO LUGAR DO CAGAÇAL, FREGUESIA DE SANTA CRUZ TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL CONCEIÇÃO FERNANDES REI DATADA DE 2009/06/15 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1-INTRODUÇÃO: -----

A sociedade por quotas, ORDESAP - Imobiliária, Lda na qualidade de construtora do imóvel referido em epígrafe, através do requerimento registado no D.P.D¹ com o nº 1613/09, em 05-06-2009, solicitou a emissão da autorização de utilização da fracção habitacional designada com a letra "C" do edifício destinado a habitação colectiva, construído no prédio rústico, inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 4603º, bem como a recepção provisória das obras de urbanização. -----

2-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO ----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos: -----

2.1-Realização, em 15 de Junho de 2009, de uma vistoria técnica às obras de urbanização, inerentes à construção do imóvel com a licença de construção inicial nº 37/2008, tendo em vista a recepção provisória das referidas obras. -----

2.2-Dar a conhecer à promotora e ao director técnico das obras de urbanização, a fim de a primeira integrar a comissão de vistorias. -

3-PROPOSTAS DE DECISÃO: -----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções: -----

3.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4/6, a Câmara Municipal **delibere deferir o pedido de recepção provisória das obras de urbanização**, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei nº 60/2007, de 4/9. -----

3.2-Notificar a promotora do empreendimento do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido de recepção provisória das obras de urbanização, bem como dar-lhes a conhecer o teor do Auto de Vistoria anexo à presente informação técnica. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/25. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/26. -----

¹ Departamento de Planeamento e Desenvolvimento. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,
concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o
teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDO PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em
epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para
todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º5. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em
epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para
todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º6. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em
epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para
todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º7. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em
epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para
todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º8. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.5. PEDIDO DE APROVAÇÃO DOS PROJECTOS DE ESPECIALIDADES - ARMAZÉM AGRÍCOLA - VITORINO CANCELA QUEIRÓS - SITO NO LUGAR DA PORTELA, FREGUESIA DE VIDAGO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/23 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se
transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes: -----

Através do requerimento n.º 779/09, o requerente apresenta projecto de arquitectura para construção de armazém agrícola, adega e alpendre, composto por cave e r/c, com área de construção 341,35 m², tendo sido aprovado em reunião do executivo camarário de 02/04/09. -

Localização do Terreno: -----

O terreno objecto de intervenção, localiza-se no lugar da Portela - Vidago, Freguesia de Vidago, município de Chaves. -----

Análise da Pretensão: -----

Através do requerimento n.º 1550/09, o requerente apresenta projecto de especialidades referentes ao armazém agrícola aprovado, pelo que se encontram em condições de merecer parecer favorável. -----

Proposta de Decisão: -----

Os projectos de especialidades, encontram-se em condições de merecer parecer favorável, pelo que se **propõe a sua aprovação**. -----

O requerente poderá levantar a respectiva licença, dando cumprimento ao exposto no nr.1 do artigo 76 do Dec-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei 177/01, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, o requerente tem um ano para apresentar nestes serviços e se possa emitir a respectiva licença de construção, os elementos previstos no ponto 1 do nr.3 da Portaria nr. 216-E/2008, nomeadamente: -----

1 - O pedido de emissão de alvará de licenciamento ou de autorização de obras de edificação deve ser instruído com os seguintes elementos: -----

a) Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível;

b) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei N.º 100/1997, de 13 de Setembro; -----

c) Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra; -----

d) Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo; -----

e) Livro de obra, com menção do termo de abertura; -----

f) Plano de segurança e saúde. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/25. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - LUIS FERNANDO ESTEVES - SITO NO LUGAR ALEM DO RIBEIRO, FREGUESIA DE PÓVOA DE AGRAÇÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL VITÓRIA JOSÉ DE MATOS ALMEIDA DATADA DE 2009/06/12

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1 - INTRODUÇÃO: -----

Através de requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão Territorial nº1183/09, datado de 2009/04/24, referente ao Processo nº148/09, o Sr. Luís Fernando Esteves, na qualidade de proprietário, solicita a Emissão de uma Certidão de Destaque de uma parcela de terreno, sito em Além do Ribeiro, Freguesia de Póvoa de Agrações, Concelho de Chaves. -----

2 - LOCALIZAÇÃO: -----

O prédio rústico, composto de terra de cultivo, situa-se em Além do Ribeiro, encontra-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº445/20070301 e inscrito na Matriz predial da Freguesia de Póvoa de Agrações sob o artigo nº1537, possuindo uma área total de 1600m², confronta de Nascente com caminho público. ----

3 - ANTECEDENTES: -----

Relacionados com a presente pretensão, nesta Edilidade existem os seguintes processos: -----

3.1 - Pedido de certidão de destaque de uma parcela de terreno, em 2008/08/25, através do requerimento nº2949/08, sito no Lugar acima identificado, cujo titular é o requerente, na qualidade de titular do processo nº390/08, tendo o mesmo sido objecto de indeferimento, de acordo com informação técnica datada de 30/08/2008. -----

3.2 - Pedido de certidão de destaque da parcela de terreno acima identificada, através do requerimento nº4129/08, datado de 2008/12/04, cujo titular é o requerente, previsto no processo nº541/08, o qual se encontra rejeitado liminarmente, dado o requerente não ter dado cumprimento ao solicitado na informação da Divisão de Gestão Territorial de 15/12/08 e despacho datado de 22/01/09. -----

4 - ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS: -----

De acordo com o DL nº555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, cumulativamente com o disposto no nº3 do artigo 5º⁽¹⁾ e do nº 1 do artigo 11º⁽²⁾, do Regulamento da

⁽¹⁾ Artigo 5.º - Isenção de licença ou autorização -----

2 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial estão isentos de licença ou autorização, desde que cumpram, cumulativamente, os requisitos previstos no n.º 4 ou 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações. -----

3 - O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --
Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido; ----
Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste concelho; -----

Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

Planta de localização à escala 1:25 000 - carta militar actualizada -, assinalando devidamente os limites da área do prédio -----

⁽²⁾ Artigo 11.º - Requerimento e Instrução -----

1 - O requerimento inicial de informação prévia, de autorização e de licença relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos

Urbanização e da Edificação e Tabela de Taxas e Licenças devidas pela realização de operações urbanísticas, nestes termos, a instruir o pedido, o requerente apresenta os seguintes elementos: -----
 Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial, referente ao prédio abrangido; ---
 Termo de responsabilidade, do técnico autor do pedido de Certidão de destaque, em conformidade com o n.º 1 do Artigo 10.º⁽³⁾ do DL n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007, de 04/09 e de acordo com o n.º 1 do Artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas; -----
 Memória Descritiva do processo de destaque; -----
 Extracto da planta de condicionantes do Plano Director Municipal, à escala 1:10000; -----
 Extracto da planta de ordenamento do Plano Director Municipal, à escala 1:10000; -----
 Plantas de localização, à escala 1:10000 e à escala 1:25000; -----
 Planta topográfica do existente, à escala 1:5000, com delimitação da área total do prédio; -----
 Planta com a proposta do destaque, à escala 1:500. -----

5 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

5.1 - No regime jurídico -----

O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 do art.º 6⁽⁴⁾ do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, estando deste modo Isento de Licença, desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamento público. -----

5.2 - Nas disposições do Plano Director Municipal -----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com a planta de ordenamento do Plano Director Municipal, folha n.º 61A, o terreno, com uma área conservada de 1600m², encontra-se inserido em Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros aglomerados. -----

6 - ANÁLISE DA PRETENSÃO: -----

6.1 - A parcela sobrance (mãe), tem uma área de 1215,00m² e insere-se na sua totalidade em Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros aglomerados (U3). O índice de construção máximo permitido para aquela zona é de 0.5 m²/m² logo a área bruta estimada é de 607,50m² e diz respeito ao que poderá ser construído.

elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 1110/2001, de 19 de Setembro. -----

⁽³⁾ Artigo 10.º - Termo de responsabilidade -----

1 - O requerimento ou comunicação é sempre instruído com declaração dos autores dos projectos, da qual conste que foram observadas na elaboração dos mesmos as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e do coordenador dos projectos, que ateste a compatibilidade entre os mesmos. -----

⁽⁴⁾ Artigo 6.º - Isenção de licença -----

4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

A parcela a destacar, tem uma área de 385,00m² e insere-se na sua totalidade em Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - Outros aglomerados (U3). O índice de construção máximo permitido para aquela zona é de 0.5 m²/m² logo a área bruta estimada é de 192,50m² e diz respeito ao que poderá ser construído. -----

6.2 - A Certidão da Conservatória descreve que o prédio rústico, objecto de análise confronta de Nascente com Caminho Público, contudo a parcela sobrance (mãe), resultante do destaque, não confronta com arruamento público, possui apenas um "acesso", neste contexto, não estão reunidos os pressupostos previstos no n.º 4 do art.º 6 do DL n.º555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, ou seja, "as duas parcelas resultantes do destaque confrontarem com arruamentos públicos", entendendo-se por "confrontações", as extremas que cercam os prédios (Norte, Sul, Nascente e Poente). -----

Sobre este assunto existe nesta edilidade um parecer Jurídico, datado de 2009-02-20, emitido pela Divisão Administrativa e dos Serviços Jurídicos, sobre um processo análogo. -----

7 - PROPOSTA DE DECISÃO: -----

7.1 - Assim, de acordo com as razões acima enunciadas, o pedido formulado pelo requerente não reúne os requisitos constantes do disposto no n.º4 do art.º6, do Dec.-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro; -----

7.2 - Assim, emite-se parecer desfavorável á emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 148/09.

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/25. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/25. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - JOSÉ JOAQUIM BATISTA COSTA - SITO NO LUGAR DE PALMARES, FREGUESIA DE SAMAIÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/06/23 --

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.- INTRODUÇÃO: -----

1.1.- O requerente solicita sob requerimento n.º 1344/09, certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial com o n.º 1217/20090213 e na matiz com o n.º 1599, situada no lugar de Palmares, freguesia de Samaiões no concelho de Chaves. -----

2.-ANTECEDENTES: -----

2.1.- O requerente é titular da lic.^a de construção n.º 346/78, para legalização de um prédio de r/chão com a área de 70.30 m². -----

3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO: -----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º⁵² e de acordo com o n.º1 do art.º¹¹³ do Regulamento da Urbanização e da Edificação. -----

4.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO: -----

4.1.- No regime jurídico -----

4.1.1- O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 5 do art.º 6⁴ do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei60/2007 de 4 de Setembro, estando deste modo Isento de Licença, desde que se mostrem cumpridas as condições constantes das suas alíneas a) e b). -----

4.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

4.2.1.- O terreno que se pretende destacar, tem na sua totalidade 1600.00 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial), está inserido em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agro-florestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

2

3. O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

-Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --

-Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;

-Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste Concelho; -----

-Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

- Planta de localização à escala 1:10000 - carta militar actualizada - , assinalando devidamente os limites da área do prédio; -----

³ Requerimento e Instrução: -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

⁴ Artigo 6.º - Isenção de licença -----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----

j) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5. -----

4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----



Localização
da parcela
de terreno.

5.- ANÁLISE DA PRETENSÃO: -----

5.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico, objecto de destaque, tem a área total de 1600.00 m² e está inscrito na matriz com o n.º 1599 e descrito na conservatória sob o n.º 1217 da freguesia de Samaiões. -----

5.2.- O requerente propõe destacar uma parcela com 800.00m², ficando a parcela sobrance (mãe) também com 800.00 m², estão inseridas em espaço de classe 4- espaço agrícola e florestal - subcategoria 4.3A - espaço agro-florestais comuns - fora do perímetro de construção de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; --

5.3.- Face à localização do terreno em área situada fora do perímetro urbano, na parcela a destacar só pode ser construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos. -----

5.4.- A parcela sobrance (mãe) terá de respeitar a área mínima fixada no projecto de intervenção em espaço rural em vigor (art.º 91-A do RJGT) ou, quando aquela não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respectiva de acordo com o disposto na Portaria 202/70⁵. -----

⁵ - Portaria 202/70 - Regulamento que fixa a Unidade de Cultura para Portugal Continental -----

Regulamento que Fixa a Unidade de Cultura para Portugal Continental

Artigo 1.º A área da unidade de cultura é fixada, para Portugal continental, nos termos que constam do seguinte quadro:

Regiões	Unidade de cultura Hectares		
	Terrenos de regadio		Terrenos de sequeiro
	Arvenses	Hortícolas	
Norte do Tejo:			
Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coim- bra e Leiria	2	0,50	2
Vila Real, Bragança, Guarda e Castelo Branco	2	0,50	3
Lisboa e Santarém	2	0,50	4
Sul do Tejo:			
Portalegre, Évora, Beja e Se- túbal	2,50	0,50	7,50
Faro	2,50	0,50	5

5.5.- Da análise do destaque apresentado, constata-se que a parcela a destacar, não respeita a área mínima definida no Plano Director Municipal, designadamente o n.º 1 do art.º 37⁶, no que diz respeito á parcela sobranete e (mãe) não respeita a unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região. -----

6.- PROPOSTA DE DECISÃO: -----

6.1.- Assim, de acordo com as razões acima enunciadas, o pedido formulado pelo requerente não reúne os requisitos constantes do disposto no n.º5 do art.º6⁷, do Dec.-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro; -----

6.2.- Assim, emite-se parecer desfavorável á emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 1344/09.-- À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/25. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/25. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - MARIA DA CONCEIÇÃO BRANCO FONTES SILVA - SITO NO LUGAR DAS FONTAINHAS, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENGENHEIRA CIVIL BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/06/12 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.- INTRODUÇÃO: -----

⁶ Artigo 37º - Edifícios destinados a habitação -----

1.- Só poderão ser autorizadas novas edificações destinadas a habitação que se localizem em parcelas para as quais seja apresentada prova documental de que a área da parcela é de pelo menos 40 000 m² ou 20 000 m², conforme se localize, respectivamente, dentro da área de protecção à zona urbana de Chaves delimitada na planta de ordenamento ou fora daquele área. -----

⁷ Artigo 6.º - Isenção de licença -----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----

5 - Nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, os actos a que se refere o número anterior estão isentos de licença quando, cumulativamente, se mostrem cumpridas as seguintes condições: -----

a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; -----

b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projecto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respectiva. -----

1.1.- A requerente solicita sob requerimento n.º 1274/09, certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial com o n.º 1440/20090323 e na matiz com o n.º 801, situada no lugar das Fontainhas - Vila Verde da Raia, freguesia de Vila Verde da Raia no concelho de Chaves. -----

2.-ANTECEDENTES: -----

2.1.-No que diz respeito a antecedentes do presente processo, nada foi encontrado nos arquivos desta Edilidade. -----

3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO: -----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º⁸ e de acordo com o n.º1 do art.º¹¹ do Regulamento da Urbanização e da Edificação. -----

4.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO: -----

4.1.- No regime jurídico -----

4.1.1- O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 e 5 do art.º 6¹⁰ do Dec-Lei 555/99, de 16

⁸

3. O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

-Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --

-Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;

-Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste Concelho; -----

-Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

- Planta de localização à escala 1:10000 - carta militar actualizada - , assinalando devidamente os limites da área do prédio; -----

⁹ Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

¹⁰ Artigo 6.º - Isenção de licença -----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----

(...)

j) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5. -----

4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

5 - Nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, os actos a que se refere o número anterior estão isentos de licença quando, cumulativamente, se mostrem cumpridas as seguintes condições:

a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; -----

b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projecto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não

de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, estando deste modo Isento de Licença, desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamento público.

4.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----
 4.2.1.- O terreno que se pretende destacar, tem na sua totalidade 6777.09 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.3 - espaço agro-florestais e na subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----



Localização
da parcela
de terreno.

5.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

5.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico, objecto de destaque, tem a área total de 6777.09 m² e está inscrito na matriz com o n.º 801 e descrito na conservatória sob o n.º 1440 da freguesia de Vila Verde da Raia;

5.2.- A área da parcela a destacar é de 6017.92 m² e está inserida nos dois espaços acima referidos, designadamente, em classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 e classe 4- espaço agrícola e florestal -sub categoria 4.3A - espaço agro-florestais comuns de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.3.- A parcela sobrance (mãe) ficará com a área de 759.17 m² e está inserida em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.4.- O requerente propõe para a parcela a destacar, uma área bruta de construção estimada de 320.00 m² e de implantação de 150.00 m². Assim temos que 1050.00 (área da parcela a destacar dentro do perímetro de construção) m² x 0.5 m²/m² (índice de construção do local) = 525.00 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 320.00 m² (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.30 m²/m² = (320.00 m² /1050.00 m²) < 0.5 m²/m² (índice de construção do local); -----

5.5.- Para a parcela sobrance, propõe uma área bruta de construção estimada de 260.00m² e de implantação de 130.00 m². Assim temos que

exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respectiva. -----

759.17 (área da parcela sobrança) $\text{m}^2 \times 0.5 \text{ m}^2/\text{m}^2$ (índice de construção do local) = 379.59 m^2 (máxima área bruta de construção permitida) > 260.00 m^2 (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de $0.34 \text{ m}^2/\text{m}^2 = (260.00 \text{ m}^2 / 759.17 \text{ m}^2) < 0.5 \text{ m}^2/\text{m}^2$ (índice de construção do local); -----

5.6.-As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público; -----

6.- PROPOSTA DE DECISÃO: -----

6.1.- O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no n.º4 e 5 do art.º6, do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro; -----

6.2.- Assim, emite-se **parecer favorável** á emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 1274/09. - À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/25. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/29. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DA SEDE SOCIAL E DESPORTIVA DOS AMIGOS DE VILAS BOAS - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL DOS AMIGOS DE VILAS BOAS - SITO NO LUGAR DAS OLGUINHAS, FREGUESIA DE VILAS BOAS - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/23 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização: -----

O terreno localiza-se no Lugar das Olguinhas, Freguesia de Vilas Boas, Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão: -----

Com as disposições do PDM: -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se: -----

arte na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, e na Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais e Sub-categoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns. -----

Parte(confrontação com a Estrada Municipal entre Ventuzelos e Vilas Boas) que se insere fora do perímetro de construção, inserindo-se, contudo, na envolvência imediata dos aglomerados, em áreas exteriores ao seu perímetro, onde se prevê a viabilidade de construção com base no teor do ponto 5¹¹ do art.º 37 do Reg. do P.D.M. -----

¹¹ Artigo 37º - Edifícios destinados a habitação -----

5 - Na envolvência imediata dos aglomerados, em áreas exteriores ao seu perímetro e exclusivamente ao longo dos troços das suas vias de

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, não possui servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa. -----

Análise do Processo: -----

Através do requerimento n.º 986/09, a Associação Desportiva Cultural dos Amigos de Vilas Boas apresenta projecto de arquitectura e especialidades, referente à edificação de um edifício composto por duas partes distintas, uma parte social e outra desportiva, mas interligadas. -----

Ora, este tipo de equipamento social e desportivo, integra-se no disposto na alínea g) do n.º 1¹² e n.º 2¹³ do artigo 43 do Reg. do P.D.M, - de acordo com a natureza dos usos neles existentes, Incluem-se ainda, nesta classe os espaços destinados à futura instalação de infra-estruturas ou equipamentos dos tipos mencionados, estando por conseguinte subordinado ao cumprimento das condicionantes urbanísticas preceituadas no n.º 2¹⁴ do art.º 48 do Reg. do PDM. -----

acesso para tal demarcados na planta de ordenamento, o município poderá autorizar a construção de edifícios destinados a habitação, em parcelas confinantes com as mesmas vias, nos termos da disciplina constante do N.º 2 a N.º 4 deste artigo, com as seguintes adendas e alterações:

a) A parcela terá de possuir uma área mínima de 2500m² e confrontar com a via de referência numa extensão mínima de 30m, não se aplicando o disposto no N.º 1; -----

b) O valor do Ic referido na alínea b) do N.º 2 passa a ser de 0,10 m²/m², não podendo em nenhum caso a área bruta de construção exceder 350 m²; -----

c) A edificação implantar-se-á junto da via de referência, com o alinhamento estabelecido pelo município para o local, não se aplicando o disposto na alínea d) do N.º 2; -----

d) A percentagem referida na alínea f) do N.º 2 passa a ser de 15%, não podendo em nenhum caso a área total de solo impermeabilizado exceder 450m². -----

¹² Artigo 43º - Caracterização -----

1 - De acordo com a natureza dos usos neles existentes, os espaços para infra-estruturas e equipamentos incluem: -----

g) Áreas para outros equipamentos ou infra-estruturas localizadas fora dos perímetros urbanos. -----

¹³2 - Incluem-se ainda nesta classe os espaços destinados à futura instalação de infra-estruturas ou equipamentos dos tipos mencionados no número anterior. -----

¹⁴ Artigo 48º - Estatuto de utilização -----

2 - Sem prejuízo das disposições legais em vigor, quando mais restritivas, e das competências de outras entidades com jurisdição sobre cada caso, não é permitida a criação de novos acessos particulares de pessoas ou veículos às vias que constituem espaços-canaís integrados na categoria 7.2 - rede rodoviária fundamental nem a construção de novas edificações em parcelas cujo único acesso automóvel à via pública se faça directamente através dos mesmos espaços, com as seguintes excepções: -----

c) Equipamentos ou infra-estruturas de apoio a serviços de utilidade pública, desde que tal decorra das exigências do seu funcionamento: -----

Trata-se pois, de um equipamento, pelo que se julga-se salvo melhor opinião, que esta edilidade poderá reconhecer o interesse público para o desenvolvimento local relativamente à construção em causa.

O projecto de arquitectura apresentado propõe a construção de três pisos, cave, r/c e mezanine com área de 1.401,0 m² (área de implantação de 1.123,0 m² e do mezanine de 160,0 m², cave 118,0 m²).

De acordo com o documento comprovativo da titularidade, certidão de registo predial (Registado sob o n.º 422/19990121) no qual refere prédio rústico com área de 10.398,0 m². -----

O projecto de edificação enquadra-se no disposto no n.º¹⁵ do art.º 57 do Reg. do PDM, sendo o índice a aplicar $I_c=0,15\text{m}^2/\text{m}^2$, em conformidade com o preceituado no n.º³¹⁶ do art.º 58 do referido regulamento. Nestes termos poderá edificar 1.559,7 m² ($10.398,0 \times 0,15\text{m}^2/\text{m}^2 = 1.559,7\text{ m}^2$, sendo portanto superior à proposta pelo requerente 1.401,0 m² ($1.559,7\text{ m}^2 > 1.401,0\text{ m}^2$). -----

No que diz respeito aos estacionamento o memo respeita o disposto na alínea h) do n.º³¹⁷ do art.º 12 do Reg. do PDM. -----

No processo consta parecer da DAP, do qual se deverá dar conhecimento ao requerente, afim de dar o devido cumprimento. -----

Informa-se que o projecto de arquitectura está instruído de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 20¹⁸ do Dec-Lei 555/99 e ulteriores alterações com a redacção dada pela Lei 60/07. -----

¹⁵ Artigo 57º - Instalações desportivas e de recreio e lazer -----

1 - É admissível a localização de campos de jogos, recintos ou instalações desportivas, instalações de recreio e lazer ou parques de diversões em espaço florestal ou em espaço agro-florestal comuns, desde que o município reconheça tratar-se de iniciativa de interesse público ou de interesse para o desenvolvimento local. -----

¹⁶ Artigo 58º - Edificabilidade -----

3 - Às componentes edificadas referentes a restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins e a instalações desportivas ou de recreio e lazer aplicam-se as disposições constantes do número anterior, com excepção da sua alínea a). -----

2 - Às componentes edificadas referentes a instalações hoteleiras ou de alojamento turístico aplicam-se as disposições sobre edificabilidade em espaço rural a seguir mencionadas: -----

b) O disposto nas alíneas b) a f) do N.º 2 do artigo 37º, com as ressalvas de que o valor do I_c mencionado na alínea b) será nestes casos de $0,15\text{ m}^2/\text{m}^2$ e de que a percentagem referida na alínea f) será de 15%; -----

¹⁷ Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento: -----

h) Um lugar por cada 20 lugares da lotação de salas de espectáculos, recintos desportivos ou outros locais de reunião. -----

¹⁸ Artigo 20.º Apreciação dos projectos de obras de edificação -----

1 - A apreciação do projecto de arquitectura, no caso de pedido de licenciamento relativo a obras previstas nas alíneas c), d), e), f) e g) do n.º 2 do artigo 4.º, incide sobre a sua conformidade com planos municipais de ordenamento no território, planos especiais de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária,

Chama-se ainda a atenção que o requerente terá de garantir as infra-estruturas necessárias e exigíveis neste tipo de empreendimento, em conformidade com o disposto no art.º10¹⁹ e 11²⁰ do Reg. do PDM. -----

Proposta de Decisão: -----

Assim, face ao exposto: -----

1- A Associação Desportiva Cultural dos Amigos de Vilas Boas pretende levar a efeito a construção de um edifício destinado a sede social e equipamento desportivo, dando condições à população local, para que a mesma possa aumentar e desenvolver os seus níveis culturais e desportivos sem terem que se ausentar da sua terra. Contribuindo assim para o bem estar das pessoas e lutando contra a desertificação que sofrem as aldeias do concelho, sendo esta edificação uma mais valia para fixar os jovens e despertar nestes a cultura e a prática desportiva. Vendo ainda o ponto de vista

servidões administrativas, restrições de utilidade pública e quaisquer outras normas legais e regulamentares relativas ao aspecto exterior e a inserção urbana e paisagística das edificações, bem como sobre o uso proposto. -----

¹⁹ Artigo 10º - Infra-estruturas -----

1 - O licenciamento de qualquer construção ficará sempre condicionado à existência ou criação das infra-estruturas urbanísticas básicas, nomeadamente acesso viário, abastecimento de água potável, drenagem de esgotos, abastecimento de energia eléctrica e outras exigíveis por lei. -----

2 - Sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas das infra-estruturas acima referidas, serão exigidas soluções individuais para as infra-estruturas em falta, sem prejuízo do disposto no Nº 3 do artigo seguinte. -----

3 - Quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas no número anterior implantar-se-ão de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes.-----

²⁰ Artigo 11º - Edificação fora dos perímetros urbanos e dos espaços industriais -----

1 - O licenciamento ou autorização para construir novos edifícios ou para reconverter os usos de outros preexistentes que se localizem fora dos perímetros urbanos ou dos espaços industriais, quando possíveis, não acarretarão para o município qualquer obrigação, imediata ou futura, de vir a dotá-los com infra-estruturas urbanísticas ou outros serviços que possa prestar, nomeadamente construção ou pavimentação de acessos, abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica, iluminação pública, redes de telecomunicações, redes de saneamento e de drenagem de águas pluviais, recolha de lixo e outros resíduos sólidos, transportes escolares ou sociais e distribuição domiciliária de correio. -----

2 - Os licenciamentos ou autorizações referidos no número anterior só serão concedidos desde que os proprietários dos edifícios em questão apresentem declaração expressa de que tomaram conhecimento do disposto no número anterior. -----

3 - A impossibilidade ou inconveniência de execução de soluções individuais para as infra-estruturas referidas nos números anteriores pode constituir motivo suficiente de inviabilização destas edificações por parte do município. -----

ambiental, tendo condições na própria terra, evita que os habitantes desta região se desloquem (com viatura motorizada) a outro local do concelho, para usufruírem de condições para as práticas acima referidas e desta forma poupa-se nos combustíveis e ganha-se no meio ambiente. -----

Pelo exposto, deixa-se à consideração superior, o reconhecimento ou não, do o interesse público para o desenvolvimento local do empreendimento. -----

2- Caso a Exma. Câmara reconheça o interesse público para o desenvolvimento local, propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura apresentado. -----

3- Em conformidade com o disposto no n.º4²¹ do art.º20 do diploma legal acima referido, possui o requerente apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º5²² do ponto 11, da Portaria 232/08, nomeadamente: -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei;

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos de acordo com a informação da DAP; -----

d) Projecto de águas pluviais de acordo com a informação da DAP; ---

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico CERTIFICADO; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios em conformidade com a legislação em vigor; -----

j) Projecto acústico certificado. -----

k) Projecto de acessibilidades em conformidade com a legislação em vigor. -----

Mais se informa que o técnico das especialidades não apresentou a declaração da ordem, conforme o disposto no n.º3²³ do art.10 do Dec-

²¹ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial -----

²² 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----

g) Estudo de comportamento térmico; -----

h) Projecto de instalações electromecânicas, incluindo -----
as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----

i) Projecto de segurança contra incêndios em edifícios; -----

j) Projecto acústico. -----

²³ Artigo 10.º Termo de responsabilidade -----

3 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte e em legislação especial, só podem subscrever projectos os técnicos legalmente

Lei 555/99 com a redacção dada pela Lei 60/07. Informa-se ainda, que deverá dar cabal cumprimento ao teor do nº5²⁴ do referido artigo.

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/29. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE GOLFE E RESPECTIVOS APOIOS FUNCIONAIS - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - PEREIRA MACHADO & FILHOS, LDA. - SITO NA QUINTA DE SAMAIÕES, FREGUESIA DE SAMAIÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENGENHEIRA CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/24

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Antecedentes: -----

O requerente possui turismo rural designado por Quinta de Samaiões, licenciado sob o n.º 424/99 e 682/01. -----

O requerente através do requerimento n.º 533/09 (Proc. n.º 76/09), vem solicitar a esta edilidade que lhe seja reconhecido o interesse publico para o desenvolvimento local relativamente à construção de um Campo de Golfe - a levar a efeito no Lugar da Quinta de Samaiões, Freguesia de Samaiões, Concelho de Chaves, tendo sido proposto o seu deferimento conforme informação técnica de 27/02/09, a qual esteve presente em reunião do executivo camarário de 05/03/09, a qual deliberou concordar com a referida informação técnica, tendo sido emitida a respectiva Declaração de Interesse Publico para o desenvolvimento local. -----

Localização: -----

O terreno localiza-se no Lugar da Quinta de Samaiões, Freguesia de Samaiões, Concelho de Chaves. -----

Enquadramento da Pretensão: -----

Com as disposições do PDM: -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se na: -----

Parte na Classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.3 - Outros Aglomerados; -----

Parte na Classe 4 - Espaços Agrícolas e Florestais, e na Categoria 4.3 - Espaços Agro-Florestais e Subcategoria 4.3.A - Espaços Agro-Florestais Comuns; -----

Parte na Categoria 4.2.A-Espaços Agrícolas Defendidos (RAN). -----

habilitados que se encontrem inscritos em associação pública de natureza profissional e que façam prova da validade da sua inscrição aquando da apresentação do requerimento inicial. -----

²⁴ 5 - Os autores e coordenador dos projectos devem declarar, nomeadamente nas situações previstas no artigo 60.º, quais as normas técnicas ou regulamentares em vigor que não foram observadas na elaboração dos mesmos, fundamentando as razões da sua não observância. -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, possui uma servidão ou restrição de utilidade pública sobre o terreno em causa, nomeadamente a Reserva Agrícola, bem como Servidão Domínio Público Hídrico dado que o terreno é atravessado por uma linha de água. -----

Análise do Processo: -----

O requerente através do requerimento n.º 1535/09 (Proc. n.º 189/09), vem solicitar a esta edilidade a aprovação do projecto de arquitectura referente à construção de um Campo de Golfe de 18 Buracos a levar a efeito no Lugar da Quinta de Samaiões, Freguesia de Samaiões, Concelho de Chaves. -----

O empreendimento Turístico em causa enquadra-se na noção preceituado na alínea d) do n.º1 do art.º 4²⁵ e alínea a) do n.º2 do art.º 15²⁶ do Dec-Lei 39/08. -----

Ora, sendo assim, este tipo de empreendimento integra-se no disposto no artigo 55²⁷ do Reg. do P.D.M, - é admissível a instalação de equipamentos hoteleiros ou aldeamentos ou conjuntos turísticos fora dos espaços urbanos e urbanizáveis só é admissível desde que o município reconheça o interesse público do empreendimento ou o seu interesse para o desenvolvimento local, e o mesmo se localize em espaço florestal ou em espaço agro-florestal comuns. -----

No processo consta documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial (registo n.º 611/19960227) na qual refere prédio rústico com área de 415 305,00 m2. -----

De acordo com o disposto no n.º1 do art.º15²⁸ do Dec-Lei 39/08, pode nos conjuntos turísticos, ter um ou vários estabelecimentos

²⁵Artigo 4º Tipologias de empreendimentos turísticos -----

1 - Os empreendimentos turísticos podem ser integrados num dos seguintes tipos: -----

d) Conjuntos turísticos (*resorts*); -----

²⁶ Artigo 15.º Noção de conjunto turístico (*resort*). -----

2 Para efeitos do disposto no presente artigo, consideram -se equipamentos de animação autónomos, nomeadamente: -----

a) Campos de golfe; -----

²⁷ Artigo 55º - Instalações hoteleiras e de alojamento turístico ----

1 - A instalação de equipamentos hoteleiros ou de aldeamentos ou conjuntos turísticos fora dos espaços urbanos e urbanizáveis só é admissível desde que o município reconheça o interesse público do empreendimento ou o seu interesse para o desenvolvimento local, e o mesmo se localize em espaço florestal ou em espaço agro-florestal comuns. -----

²⁸ ²⁸ Artigo 15.º Noção de conjunto turístico (*resort*)-----

1 - São conjuntos turísticos (*resorts*) os empreendimentos turísticos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectas a funções de protecção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro de cinco ou quatro estrelas, um equipamento de animação autónomo e um estabelecimento de restauração. -----

hoteleiros funcionalmente interdependentes, submetidos a uma mesma administração. -----

Não consta do processo os seguintes pareceres das entidades intervenientes no licenciamento, pelo que se deverá remeter cópia do processo às seguintes entidades afim de emitir parecer: -----

O Instituto Nacional do Desporto -----

À Administração da Região Hidrográfica (ARH) -----

Relativamente ao parecer da Comissão Regional da Reserva Agrícola, deverá o requerente solicitar o parecer directamente junto dessa entidade. -----

O requerente pretende levar a efeito o empreendimento - construção de um Campo de Golfe de 18 Buracos - necessitando da aprovação do projecto de arquitectura para candidatura a fundos comunitários do turismo. -----

Proposta de Decisão -----

Face ao exposto, julga-se salvo melhor opinião, propor-se a **aprovação do projecto** de arquitectura condicionado relativamente a edificação do Campo de Golfe de 18 Buracos nos seguintes pontos: ---

1- Pareceres favoráveis das entidades intervenientes no licenciamento (Instituto Nacional do Desporto e Administração da Região Hidrográfica); -----

2- Apresentar o requerente parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola; -----

Caso sejam supridos os condicionamentos acima referidos, deverá o requerente em conformidade com o disposto no n.º²⁹ do art.º20 do diploma legal acima referido, apresentar no prazo de seis meses os projectos de especialidades, conforme o preceituado no n.º³⁰ do ponto 11, da Portaria 232/08. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/25. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

²⁹ 4 - O interessado deve apresentar os projectos de engenharia das especialidades necessários à execução da obra no prazo de seis meses a contar da notificação do acto que aprovou o projecto de arquitectura caso não tenha apresentado tais projectos com o requerimento inicial. -----

³⁰ 11.º Licenciamento de obras de edificação -----

5 - Os projectos da engenharia de especialidades a que se refere a alínea m) do n.º 1, a apresentar em função do tipo de obra a executar, são nomeadamente os seguintes: -----

a) Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

b) Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei; -

c) Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----

d) Projecto de águas pluviais; -----

e) Projecto de arranjos exteriores; -----

f) Projecto de acessibilidades; -----

3.11. HABITAÇÃO COLECTIVA EM BANDA CONTINUA E MUROS DE VEDAÇÃO - PROJECTO DE ALTERAÇÕES - ISOBARROSO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIA LDA. - SITO NO LUGAR AZENHA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DO SR. ARQ. LUÍS SANTOS DATADA DE 2009/06/29 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO: -----

A requerente através do requerimento n.º 1605/09, referente ao processo n.º 231/06, solicita que lhe seja concedidas as alterações à licença de construção n.º 180/08, referente à construção de um edifício de habitação colectiva, em banda contínua, composto por um bloco de vivendas (9 fracções) ligadas entre si por uma cave comum, sito no lugar da Azenha, na Freguesia de Santa Maria Maior, no Concelho de Chaves, formulado pela Empresa ISOBARROSO - Empreendimentos Imobiliários, Lda. -----

Em conformidade ao solicitado na informação técnica de 16/02/09, a requerente apresenta novo projecto de alterações à licença, em conformidade com o relatório sobre a situação da obra, elaborado pelo do Sector de Fiscalização Municipal. -----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO: -----

No regime jurídico: -----

Nos termos Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/01 de 4/09, o presente pedido enquadra-se no n.º 1 do art.º 27 (Alterações à licença). -----

Nas disposições do Plano Director Municipal -----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 37-A do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 37-A do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. -----

Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e do estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito de limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ----

ANÁLISE DO PEDIDO: -----

Com o presente pedido, a requerente pretende licenciar as alterações levadas a efeito em obra, na construção do edifício de habitação colectiva, em banda contínua, composto por um bloco de vivendas (9 fracções) ligadas entre si por uma cave comum. -----

As alterações que a requerente pretende introduzir, dizem respeito apenas a um ajustamento de áreas, resultando uma diminuição da largura das fracções em 0,25m passando de 8,00m para 7,85m, sendo esta área transferida para as varandas localizadas no rés-do-chão, no alçado posterior. -----

Uma vez que as alterações propostas não alteram as características geométricas globais da edificação, licenciadas ao abrigo do alvará de construção n.º 180/08, apenas alteração pontuais o que mantém os pressupostos de facto e de direito, que estiveram presentes na análise do pedido pelas entidades externas, considero salvo melhor opinião não se proceder a nova consulta. -----

O índice de construção proposto para o local é de 0,8m²/m², conforme o estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito na

limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Chaves. -----
De acordo com o documento comprovativo da titularidade do prédio rústico, certidão de registo predial, registada sob o n.º 135/20060116, o prédio objecto do pedido possui uma área é de 2.250,0 m2. O prédio objecto de análise admite uma área de construção a contabilizar para efeitos de I.C. de 1.800,00m2 (0.8m2 x 2250,00m2=1.800,00). -----

Neste contexto é possível concluir que o projecto ao preconizar uma área bruta de construção, de 1.800,00m2 está em conformidade com o índice de construção estabelecido para o local. -----

Desta forma, a área total de construção passará a ser distribuída pelos três pisos da seguinte forma: -----

- Cave (estacionamento e arrumos) com 1.317,54m2; -----
- Rés-do-chão (habitação) com 923,58m2; -----
- Andar (habitação) com 876,42m2; -----

No que respeita à elevação da cota de soleira em cerca de 0,60m em relação à estrada, verificada pelo Sector de Fiscalização, é referido na memória descritiva do projecto de alterações o seguinte:

"No que respeita à elevação da cota de soleira do rés-do-chão em relação a estrada, verificada pelo sector de fiscalização municipal, e tendo em conta que a mesma se encontra em fase de obra, solicita-se a Câmara Municipal a aguardar a finalização desta, uma vez que respeita a cota de projecto, sendo a diferença distribuída pelo estacionamento, passeio e respectiva obra. -----

PROPOSTA DE DECISÃO: -----

Face ao exposto, **propõe-se aprovação** do projecto de alterações à licença apresentado através do requerimento n.º 1605/09, uma vez que não se vê inconveniente nas alterações referidas. No entanto aguarda-se a conclusão dos trabalhos, para verificação da cota de soleira rés-do-chão. -----

Refere-se ainda que a promotora possui o alvará de construção n.º 231/06 com validade até 08/07/2010. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/29. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/29. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA TRINDADE - 1ª FASE.-AUTO DE MEDIÇÃO N.º07/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº07/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Anteros Empreitadas, S.A, no valor de 9.173,54 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 29/06/2009.-----

Visto. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 9.173,54 €, (nove mil cento e setenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.2. CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE. AUTO DE MEDIÇÃO Nº08/DE/2009. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº08/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Edinorte, Edificações Nortenhas, S.A, no valor de 295.337,67 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 29/06/2009.-----

Visto. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 295.337,67€, (duzentos e noventa e cinco euros trezentos e trinta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. AMPLIAÇÃO DO CENTRO DO CENTRO DE SAÚDE Nº1 DE CHAVES.-AUTO DE REVISÃO Nº14/DE/2009 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº14/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Santana & Companhia, S.A, no valor de 1.507,26 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 29/06/2009.----

Visto. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 1.507,26€, (mil quinhentos e sete euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.4. PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO DO CASARELHO E DA EIRA DO POVO - COUTO DE ERVEDEDO. RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

RELATÓRIO FINAL. -----

Aos 25 dias do mês de Junho de 2009, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

- 1.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Vitor Joaquim Fernandes Pereira, Técnico superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 17 de Junho procedeu-se á notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "Pavimentação do Bairro do Casarelho e da Eira do Povo - Couto de Ervededo" à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda" pelo valor de 146.240,00€ (Cento e quarenta e seis mil duzentos e quarenta euros), IVA não incluído, com um prazo de execução de 60 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º2 do artigo 98º do CCP.-----

c) Nos termos do ponto 4 do artº 126 do CCP, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo diploma. -----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri -----

O Presidente -----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

Os Vogais -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

MINUTA DO -----

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "PAVIMENTAÇÃO DO BAIRRO DO CASARELHO E DA EIRA DO POVO - COUTO DE ERVEDEDO" -----

No dia ... de de 2009, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 146 240,00 (cento e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro:

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público N° 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

Como Segundo Outorgante, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., com sede na Estrada Nacional 103/5 - 90 A, Vila Verde da Raia, Pessoa Colectiva n° 505010437, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, com o capital social de 250 000,00 euros, conforme consulta on-line no sitio na Internet, efectuada no dia 18.02.2008, titular do Alvará de Construção n° 34550, neste acto legalmente representada por José Armindo de Carvalho Teixeira, casado, residente na Quinta das Heras, Bloco C, 4° Dto., em Chaves, titular do Bilhete de Identidade n°7342364, emitido pelos S.I.C. em Vila Real em 29/11/2002, na qualidade de sócio gerente da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sitio da Internet www.portaldaempresa.pt efectuada no dia....., documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----

(Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Pavimentação do Bairro do Casarelho e da Eira do Povo - Couto de Ervededo"**, pelo preço de **€ 146 240,00** (cento e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta euros), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, a aprovada respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 17/04/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

Prazo de Execução -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 5ª -----

Revisão de Preços -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F10 - Estradas** - publicada no despacho nº 22 637/2004 (2ª série), de 12 de Outubro, na sequência do despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 23 de Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para Maio ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção: -----

Cláusula 7ª -----

Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----

De acordo com o disposto no nº2, do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante, havendo no entanto lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efectuar. -----

Cláusula 8ª -----

Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 10ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 11ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia -----

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

4 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../09 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº/09 -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente a referida empreitada à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda" pelo valor de 146.240,00€ (Cento e quarenta e seis mil duzentos e quarenta euros), IVA não incluído, nos precisos termos da informação técnica supra. Para o efeito, remeta-se minuta do respectivo contrato, ora aprovada, ao concorrente preferido e não havendo reclamações ao referido documento considerar-se-á adjudicada definitivamente a referida empreitada, iniciando - se o prazo para a prestação de caução e marcação da data da celebração do respectivo contrato. -----

1.5. CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO DA QUINTA DA TRINDADE. RELATORIO FINAL -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Aos 26 dias do mês de Junho de 2009, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

- 1.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 18 de Junho procedeu-se á notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "Construção de Polidesportivo da Quinta da Trindade" à empresa "Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda" pelo valor de 149.310,13€ (Cento e quarenta e nove mil trezentos e dez euros e treze cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 90 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º2 do artigo 98º do CCP. -----

c) Nos termos do ponto 4 do artº 126 do CCP, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo diploma.-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri-----

O Presidente-----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

Os Vogais-----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra)-----

(Maria Madalena de Sousa Durão Branco)-----

MINUTA DO ONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DE POLIDESPORTIVO DA QUINTA DA TRINDADE" -----

No dia ... de de 2009, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 149 310,13 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e dez euros e treze cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

Como Segundo Outorgante, SOCORPEN, Construção e Obras Públicas, Lda., com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira, freguesia de Salvador, concelho de Ribeira de Pena, Pessoa Colectiva nº 503496251, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena, titular do Alvará de Construção nº 24506, com o capital social de um milhão de euros, neste acto legalmente representada por Maria França da Eira Correia,

casada, natural de França, residente em Ribeira de Pena (Salvador), titular do Bilhete de Identidade nº 9507816, emitido em 08 de Outubro de 2004, pelos S.I.C. de Vila Real, na qualidade de sócia gerente da mencionada sociedade, conforme poderes constantes na Certidão da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena que me foi presente, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----

(Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Construção de Polidesportivo da Quinta da Trindade"**, pelo preço de **€ 149 310,13** (cento e quarenta e nove mil, trezentos e dez euros e treze cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, a aprovada respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 07/05/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

Prazo de Execução -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **90 (noventa) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 5ª -----

Revisão de Preços -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F08** - publicada no despacho nº 22 637/2004 (2ª série), de 12 de Outubro. -

3 - Os diferenciais de preços, para Maio ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção: -----

Cláusula 7ª -----

Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----

De acordo com o disposto no nº2, do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante, havendo no entanto lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efectuar. -----

Cláusula 8ª -----

Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 10ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável.

Cláusula 11ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia -----

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

4 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../09 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº/09 -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente a referida empreitada à empresa "Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda" pelo valor de 149.310,13€ (Cento e quarenta e nove mil trezentos e dez euros e treze centimos), IVA não incluído, nos precisos termos da informação técnica supra. Para o efeito, remeta-se minuta do respectivo contrato, ora aprovada, ao concorrente preferido e não havendo reclamações ao referido documento considerar-se-á adjudicada definitivamente a referida empreitada, iniciando - se o prazo para a prestação de caução e marcação da data da celebração do respectivo contrato. -----

1.6. LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M.506 E O IP3 (A24) - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES. APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS. -----

Foi presente a informação nº142/DE/2009, da Técnica Responsável, Eng^a Fernanda Serra, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

A - Antecedentes-----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu concurso público tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Ligação Rodoviária entre a E.M. 506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves". -----

2.De harmonia com a deliberação camarária, do dia 23 de Outubro de 2008, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda" a execução da referida empreitada.-----

3.o acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 20 de Janeiro de 2009.-----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 1.528.006,96€ (Um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, seis euros e noventa e seis centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

Prazo de execução da obra: 180 dias a contar da consignação-----

Foi inicialmente feita uma consignação parcial em 18 de Fevereiro de 2009. -----

A data da consignação total é de 24 de Junho de 2009 -----

B - Do requerimento e sua análise -----

1.O empreiteiro vem, através de requerimento que deu entrada nos serviços de expediente geral deste município com o n.º 9258 em 18 de Junho de 2009, apresentar o plano definitivo de trabalhos, propondo

uma modificação que prorrogaria o prazo em 39 dias, alegando para tal o seguinte: -----

- A consignação da obra foi parcial, em virtude de não estarem disponíveis à data todos os terrenos necessários à implantação da obra, o que originou um atraso no início dos trabalhos; -----

- A Operscut, empresa que faz a gestão da A24, não permite que sejam efectuados trabalhos nessa via durante os meses de Julho e Agosto.--

2.Após análise do plano de trabalhos e das razões que estão na base da modificação introduzida, verifica-se que: -----

a) Relativamente à consignação total dos trabalhos, verifica-se que, de facto, esta só se verificou aos 24 dias do mês de Junho de 2009, altura em que ficou disponível a última parcela. Este atraso provocou, uma alteração no plano de trabalhos que por sua vez originou atrasos no desenvolvimento dos mesmos. -----

b) Em relação às condições impostas pela Operscut, não se entendem as razões que estão na base de tais limitações ao desenvolvimento dos trabalhos, de modo que o Município de Chaves está neste momento a encetar conversações com a referida entidade no sentido de contrariar a ideia inicial. -----

3.Tendo em consideração os pontos anteriores, considera-se com justificado o atraso apenas no que se refere à consignação dos trabalhos, quantificando-se o mesmo em 14 dias de trabalho, já que os terrenos foram sendo libertados gradualmente, nunca existindo uma paragem total de trabalhos, mas sim diversos abrandamentos.-----

C - Da Proposta-----

Face ao descrito no ponto anterior propõe-se a aceitação da prorrogação de prazo em 14 dias, ao abrigo do ponto nº3 do art.160º do Decreto-Lei nº 59/99 de 2 de Março, devendo, no entanto o adjudicatário apresentar novo programa de trabalhos e respectivo plano de pagamentos, adequado à prorrogação concedida.-----

À consideração superior-----

Divisão de Empreitadas, 29 de Junho de 2009-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS,ENGª AMELIA RODRIGUES, DE 29/06/2009. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.7. ORDENAMENTO DO LARGO DE SANTA ANA - CASA MORTUÁRIA - NANTES-.

PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA -----

Foi presente a informação nº155/DE/2009, da Chefe de Divisão, Engª Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

Para conhecimento e respectiva aprovação, apresenta-se em anexo e de acordo com o solicitado superiormente, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Ordenamento do Largo de Santa Ana - Casa Mortuária - Nantes", com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação.----

O projecto de execução em referência, contempla o arranjo de um espaço público, com a execução de ruas para circulação automóvel, vias pedonais, espaços verdes, instalação de infra-estruturas eléctricas, telefónicas e pluviais. Encontra-se também previsto a execução de uma casa mortuária. -----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Ordenamento do Largo de Santa Ana - Casa Mortuária - Nantes"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **329.809,65 Euros**, (Trezentos e vinte e nove mil oitocentos e nove euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: --

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Projecto de execução. -----

e) Plano de Segurança e Saúde -----

f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes -----

1º Vogal suplente: Vitor Pereira -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 329.809,65 €, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.4.2-MC/07010413/0203/2002/40. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 29 de Junho de 2009. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

2.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA. RELATÓRIO FINAL -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

RELATÓRIO FINAL. -----

Aos 26 dias do mês de Junho de 2009, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

- 1.º vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 23 de Abril procedeu-se á notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "Rede de Drenagem de Águas Residuais da Pastoria" à empresa "Sincof, Sociedade Industrial de Construções Flaviense, Lda" pelo valor de 307.119,07€ (Trezentos e sete mil, cento e dezanove Euros e sete cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 365 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º1 do artigo 98º do CCP. -----

c) Nos termos do n.º 4 do art.º 126 do citado código, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo código.-

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri -----

O Presidente-----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

Os Vogais -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

(Maria Madalena de Sousa Durão Branco) -----

MINUTA DO ONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA" -----

No dia ... de de 2009, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 307 119,07 (trezentos e sete mil, cento e dezanove euros e sete cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro:

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público N° 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----
Como Segundo Outorgante, SINCOF, SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CONSTRUÇÕES FLAVIENSE, LDA., com sede na Travessa Viscondessa do Rosário, Edifício D. João, Bloco 3, Lojas 6 e 7, em Chaves, Pessoa Colectiva nº 503638536, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, com o capital social de 500 000 euros, titular do Alvará de Construção nº 25171, neste acto legalmente representada por Jorge Manuel Dias Alves, casado, natural de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, residente em Valdanta, titular do Bilhete de Identidade nº 6500820, emitido em 13 de Fevereiro de 2002 pelos S.I.C. em Vila Real, na qualidade de Sócio Gerente da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sitio da Internet www.portaldaempresa.pt efectuada no dia, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----
(Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Rede de Drenagem de Águas Residuais da Pastoria"**, pelo preço de **€ 307 119,07** (trezentos e sete mil, cento e dezanove euros e sete cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, a aprovada respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 22/01/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----
Prazo de Execução -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----
Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 5ª -----

Revisão de Preços -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Redes de Abastecimento de Água e de Águas Residuais** - publicada no despacho nº 22 637/2004 (2ª série), de 12 de Outubro, na sequência do despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 23 Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para Maio ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção: -----

Cláusula 7ª -----

Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo outorgante presta a favor do primeiro outorgante, Garantia Bancária N.º....., emitida pelo, em ... de de 2009, no valor de **€ 15 355,95** (quinze mil, trezentos e cinquenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

Cláusula 8ª -----

Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----**Prevalência** -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 10ª -----**Legislação aplicável** -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 11ª -----**Disposições finais** -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia -----

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

4 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../09 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº/09 -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente a referida empreitada à empresa "Sincof, Sociedade Industrial de Construções Flaviense, Lda" pelo valor de 307.119,07€ (Trezentos e sete mil, cento e dezanove Euros e sete cêntimos), IVA não incluído, nos precisos termos da informação técnica supra. Para o efeito, remeta-se minuta do respectivo contrato, ora aprovada, ao concorrente preferido e não havendo reclamações ao referido documento considerar-se-á adjudicada definitivamente a referida empreitada, iniciando - se o prazo para a prestação de caução e marcação da data da celebração do respectivo contrato. -----

2.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE TRESMUNDES. RELATÓRIO FINAL -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

RELATÓRIO FINAL. -----

Aos 6 dias do mês de Maio de 2009, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

- 1.º vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 27 de Abril procedeu-se à notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "Rede de Drenagem de Águas Residuais de Tresmundes" à empresa "Sincof, Sociedade Industrial de Construções Flaviense, Lda" pelo valor de 169.293,98€ (Cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e três Euros e noventa e oito cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 245 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal; -----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º2 do artigo 98º do CCP. -----

c) Nos termos do n.º 4 do art.º 26 do citado código, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo código.- Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri -----

O Presidente -----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

Os Vogais -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

(Maria Madalena de Sousa Durão Branco) -----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE TRESMUNDES" -----

No dia ... de de 2009, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 169 293,98 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e três euros e noventa e oito cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público N° 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio

necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

Como Segundo Outorgante, SINCOF, SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CONSTRUÇÕES FLAVIENSE, LDA., com sede na Travessa Viscondessa do Rosário, Edifício D. João, Bloco 3, Lojas 6 e 7, em Chaves, Pessoa Colectiva nº 503638536, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, com o capital social de 500 000 euros, titular do Alvará de Construção nº 25171, neste acto legalmente representada por Jorge Manuel Dias Alves, casado, natural de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, residente em Valdanta, titular do Bilhete de Identidade nº 6500820, emitido em 13 de Fevereiro de 2002 pelos S.I.C. em Vila Real, na qualidade de Sócio Gerente da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sitio da Internet www.portaldaempresa.pt efectuada no dia, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----

(Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Rede de Drenagem de Águas Residuais de Tresmundes"**, pelo preço de **€ 169 293,98** (cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e três euros e noventa e oito cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, a aprovada respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 22/01/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

Prazo de Execução -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **245 (duzentos e quarenta e cinco) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----
- b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----
- c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 5ª -----

Revisão de Preços -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Redes de Abastecimento de Água e de Águas Residuais** - publicada no despacho nº 22 637/2004 (2ª série), de 12 de Outubro, na sequência do despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 23 Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para Maio ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção: -----

Cláusula 7ª -----

Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----

De acordo com o disposto no nº2, do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à prestação de caução por parte do segundo contratante, havendo no entanto lugar à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efectuar. -----

Cláusula 8ª -----

Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 10ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 11ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia -----

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

4 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../09 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº/09 -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente a referida empreitada à empresa "Sincof, Sociedade Industrial de Construções Flaviense, Lda" pelo valor de 169.293,98€ (Cento e sessenta e nove mil, duzentos e noventa e três Euros e noventa e oito centimos) IVA não incluído, nos precisos termos da informação técnica supra. Para o efeito, remeta-se minuta do respectivo contrato, ora aprovada, ao concorrente preferido e não havendo reclamações ao referido documento considerar-se-á adjudicada definitivamente a referida empreitada, iniciando - se o prazo para a prestação de caução e marcação da data da celebração do respectivo contrato. -----

2.3. SANEAMENTO BÁSICO DA GRANJINHA. RELATORIO FINAL -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

RELATORIO FINAL. -----

Aos 26 dias do mês de Junho de 2009, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

- 1.º vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim apreciar as alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia dos interessados, nos termos do disposto no artigo 123º do CCP, pelo concorrente "Espina & Delfin, SL/Factor Ambiente, Lda" conforme registo n.30489, que deu entrada através da plataforma electrónica, no dia 24 de Junho último. -----

A firma concorrente, alega em sua defesa no sentido de contrariar o sentido de adjudicação emitido pelo júri conforme relatório preliminar de análise de propostas de 1 de Junho de 2009 o seguinte:

a) Na avaliação do sub-facto designado Segurança (S), inserido no facto "Valia Técnica da Proposta", respeitante à proposta deste concorrente é afirmado "Indica, de forma sucinta, os procedimentos a implementar na área da Segurança", sendo 0,5 a classificação atribuída. Analisando as propostas dos restantes concorrentes, verifica-se que o grau de desenvolvimento se assemelha ao apresentado pelo concorrente "Anteros Empreitadas, S.A" ao qual é afirmado "São descritos pormenorizadamente os procedimentos a implementar neste domínio" sendo atribuída uma classificação de 0,8. E, em consequência, sugere que o Júri proceda à reapreciação e rectificação do relatório Preliminar, atribuindo-lhe uma classificação de 0,8 no sub-factor apontado, passando esta a ser classificada em 1.º lugar. -----

Neste contexto, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP, cumpre ponderar a pertinência das observações e/ou sugestões acima enumeradas, no sentido de apurar se as mesmas são idóneas para alterar o sentido de adjudicação preliminarmente adoptado: -----

a) O concorrente "Anteros Empreitadas, S.A." apresenta um anexo à memória justificativa e descritiva, onde indica e descreve os procedimentos que se propõe adoptar em matéria de Higiene, Saúde e Segurança no trabalho. Apresenta a sua política de intervenção neste domínio, bem com os técnicos que terão intervenção no caso de executarem a obra. -----

b) O concorrente "Espina & Delfin, SL/Factor Ambiente, Lda" limita-se a apresentar uma lista de definições de termos utilizados no âmbito da Higiene, Saúde e Segurança no trabalho. -----

c) A comissão entende não haver semelhança entre as duas propostas, não reconhecendo o merecimento por parte do concorrente "Espina & Delfin, SL/Factor Ambiente, Lda" da classificação pretendida. ----- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas, o Júri delibera por unanimidade, o seguinte: -----

a) Julgar improcedentes as alegações apresentadas pela empresa "Espina & Delfin, SL/Factor Ambiente, Lda" em virtude das mesmas não serem susceptíveis de justificar a alteração do sentido de decisão anteriormente expresso no relatório preliminar de 1 de Junho de 2009. -----

b) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada à empresa "Dacop, Construções e Obras Públicas, Lda" pelo valor de 680.174,50€ (Seiscentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro Euros e cinquenta cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 365 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal; -----

c) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º 1 do artigo 98º do CCP. -----

d) Nos termos do n.º 4 do art.º 26 do citado código, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo código. - Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri -----
 O Presidente-----
 (Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----
 Os Vogais-----
 (Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----
 (Maria Madalena de Sousa Durão Branco) -----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "SANEAMENTO BÁSICO DA GRANJINHA" -----

No dia ... de de 2009, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de € 680 174,50 (seiscentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----
 Como Segundo Outorgante, DACOP, CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, LDA., com sede na, em, Pessoa Colectiva nº, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de, titular do Alvará de Construção nº, com o capital social de euros, legalmente representada por, (casado), natural de, concelho de, residente em, titular do Bilhete de Identidade nº, emitido em, pelos S.I.C. em, na qualidade de da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sítio da Internet www.portaldaempresa.pt efectuada no dia, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----
 (Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada "Saneamento Básico da Granjinha", pelo preço de € 680 174,50 (seiscentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. ---

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, a aprovada respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 19/03/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----
 Prazo de Execução -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato,

assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 5ª -----

Revisão de Preços -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: Tipo F21 - Redes de Abastecimento de Água e de Águas Residuais - publicada no despacho nº 22 637/2004 (2ª série), de 12 de Outubro, na sequência do despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 23 Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para Maio ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção: -----

Cláusula 7ª -----

Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo outorgante presta a favor do primeiro outorgante, Garantia Bancária Nº....., emitida pelo, em ... de de 2009, no valor de € 34 008,73 (trinta e quatro mil, oito euros e setenta e três cêntimos),

correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

Cláusula 8ª -----

Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 10ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 11ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia -----

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

4 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../09 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº/09 -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente a referida empreitada à empresa "Dacop, Construções e Obras Públicas, Lda" pelo valor de 680.174,50€ (Seiscentos e oitenta mil, cento e setenta e quatro Euros e cinquenta cêntimos), IVA não incluído, nos precisos termos da informação técnica supra. Para o efeito, remeta-se minuta do respectivo contrato, ora aprovada, ao concorrente preferido e não havendo reclamações ao referido documento considerar-se-á adjudicada definitivamente a referida empreitada, iniciando - se o prazo para a prestação de caução e marcação da data da celebração do respectivo contrato. -----

2.4. SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCE. RELATORIO FINAL. -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

RELATORIO FINAL. -----

Aos 6 dias do mês de Maio de 2009, na Divisão de Empreitadas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, Chefe da Divisão de Empreitadas; -----

- 1.º vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

- 2.º Vogal: Maria Madalena de Sousa Durão Branco, Técnica superior na Divisão de Empreitadas; -----

com o fim de tornar definitivo o relatório preliminar - sentido de adjudicação, no sentido de permitir a prática do acto adjudicatório, no âmbito do presente procedimento. -----

No passado dia 27 de Abril procedeu-se á notificação do projecto de decisão final aos concorrentes, tendo-lhes sido concedidos 5 dias para se pronunciarem sobre o mesmo -----

Esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão - audiência prévia escrita, nenhum dos concorrentes apresentou qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Assim, o Júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

a) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - adjudicação da empreitada "**Saneamento Básico de France**" à empresa "**Estêvão Vinhais Chaves, Unipessoal, Lda**" pelo valor de **297.594,44€** (Duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro Euros e quarenta e quatro cêntimos), IVA não incluído, com um prazo de execução de 365 dias -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal; ----

b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, nos termos do n.º1 do artigo 98º do CCP. -----

c) Nos termos do n.º 4 do art.º 26 do citado código, que sejam dados 10 dias ao adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos nos pontos 1 e 2 do art.º 81 do mesmo código.- Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri -----

O Júri -----

O Presidente -----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues) -----

Os Vogais -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

(Maria Madalena de Sousa Durão Branco) -----

MINUTA DO ONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCE" -----

No dia ... de de 2009, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 297 594,44 (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público N° 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----
Como Segundo Outorgante, ESTEVÃO VINHAIS CHAVES UNIPessoal, LDA., com sede na Rua Comendador Pereira da Silva, n°24, em Chaves, Pessoa Colectiva n° 505366711, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Construção n° 52824, com o capital social de 24 939,90 euros, legalmente representada por Estêvão Vinhais Chaves, divorciado, natural de Santo Estêvão, concelho de Chaves, residente em Chaves, titular do Bilhete de Identidade n° 5804414, emitido em 24/06/1999, pelos S.I.C. em Vila Real, na qualidade de sócio gerente da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sitio da Internet www.portaldaempresa.pt efectuada no dia 23/06/2009, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

Cláusula 1ª -----
(Objecto do Contrato/Empreitada) -----

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Saneamento Básico de France"**, pelo preço de **€ 297 594,44** (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos), que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. ----
 2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, a aprovada respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia, precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 05/03/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----
Prazo de Execução -----

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

Cláusula 3ª -----
Prazo de Garantia da Obra -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----
 a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais. -----
 b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----
 c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----
 2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável

a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

Pagamentos -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

Cláusula 5ª -----

Revisão de Preços -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Redes de Abastecimento de Água e de Águas Residuais** - publicada no despacho nº 22 637/2004 (2ª série), de 12 de Outubro, na sequência do despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 23 Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para Maio ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Dotação Orçamental) -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica:; Acção: -----

Cláusula 7ª -----

Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo outorgante presta a favor do primeiro outorgante, Garantia Bancária N°....., emitida pelo, em ... de de 2009, no valor de **€ 14 879,72** (catorze mil, oitocentos e setenta e nove euros e setenta e dois cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

Cláusula 8ª -----

Foro Competente -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----

Prevalência -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

Cláusula 10ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 11ª -----

Disposições finais -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia -----

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

4 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, e Declaração Modelo II, anexo ao CCP. -----

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../09 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº/09 -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar provisoriamente a referida empreitada à empresa "Estêvão Vinhais Chaves, Unipessoal, Lda" pelo valor de 297.594,44€ (Duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e quatro Euros e quarenta e quatro cêntimos), IVA não incluído, nos precisos termos da informação técnica supra. Para o efeito, remeta-se minuta do respectivo contrato, ora aprovada, ao concorrente preferido e não havendo reclamações ao referido documento considerar-se-á adjudicada definitivamente a referida empreitada, iniciando - se o prazo para a prestação de caução e marcação da data da celebração do respectivo contrato. -----

2.5. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DE VILARINHO DA RAIÁ E VILA MEÃ. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA ---

Foi presente a informação nº133/DE/2009, da Chefe de Divisão, Engª Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

Para conhecimento e respectiva aprovação, apresenta-se em anexo e de acordo com o solicitado superiormente, o projecto de execução e o processo de procedimento para a execução da obra "Rede de Drenagem de Águas Residuais de Vilarinho da Raia a Vila Meã", com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

Com o projecto de execução em referência, propõe-se a execução de uma rede de drenagem de águas residuais e Rede de Abastecimento de Água.-----

Assim e face ao descrito propõe-se: -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Rede de Drenagem de Águas Residuais de Vilarinho da Raia a Vila Meã"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **310.000,00 Euros**, (trezentos e dez mil euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente:--
Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

a) Programa de Procedimento; -----

b) Caderno de Encargos; -----

c) Projecto de execução. -----

d) Plano de Segurança e Saúde -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 365 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Vitor Pereira -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: Madalena Branco -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

9. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 310.000.00€, IVA não incluído, estando previstas as despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.4.3 - MC/07030302/0211/2009/41.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 14 de Maio de 2009. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 22/06/2009.----

Visto. Concordo com o proposta apresentada. À consideração do Sr. Vice Presidente. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.29. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII EXPROPRIAÇÕES

IX DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

1. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. GILBERTO BRANCO. INFORMAÇÃO DA DAP DE 19/06/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pela Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição-----

GILBERTO BRANCO, residente na Rua da Figueira, 17 - Madalena - Chaves, com a Instalação de água nº. 2226, vem expôr que foi confrontado com uma factura de consumo de água do mês de Maio/2009, no valor de 273,25 €, correspondente 117 m3, ocasionados por perda de água num autoclismo da casa de banho da sua habitação, não detectada em tempo útil, por ser um idoso com graves problemas de audição, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada nº. 8956, de 2009.06.12, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo. -----

Dos Factos -----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 2226, o Assistente Operacional, Sr. João Silva, deslocou-se ao local, tendo

verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento e o problema do autoclismo solucionado. -----

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários.-----

Nesta conformidade, a avaria do autoclismo, é da responsabilidade do consumidor, **GILBERTO BRANCO**, proprietário da instalação. -----

Da Petição-----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;-

b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 117 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1.º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (112 m3) ao 2.º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, do mês de Maio/2009.-----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 117 m3, cobrando-se ao 1.º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Art.º. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

A presente informação mereceu parecer favorável do Chefe da D.A.P., Eng.º. Baltazar. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 24/06/2009: -

Visto. À consideração do Sr. Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQT.º. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 29/06/2009: -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. MARIA ISABEL DO CARMO DUARTE. INFORMAÇÃO DA DAP DE 22/06/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe de Secção da D.A.P., Maria José Vila Nova, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição-----

MARIA ISABEL DO CARMO DUARTE, com habitação sita no Lugar de S. Frausto - Chaves, com a Instalação de água n.º. 35515, vem expor que foi alertada pelos serviços de água que tinha uma leitura muito superior ao normal, ou seja 270 m3. -----

Este consumo foi constatado de seguida e deveu-se ao rebentamento da canalização exterior no jardim, só detectada pelo alerta do fiscal de leituras, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 9345, de 2009.06.19, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizada, solicitando o pagamento

da água gasta ao preço do escalão mais baixo. -----

Dos Factos -----

Na realidade, após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 35515, o Assistente Operacional, Sr. João Silva, deslocou-se ao local, tendo verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento tendo sido detectado o rebentamento da referida canalização no jardim da habitação, no momento já resolvido o problema. -----

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários.-----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade da consumidor, **MARIA ISABEL DO CARMO DUARTE**, proprietária da instalação.-----

Da Petição-----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses:-----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--

b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 270 m³, cobrando-se 5 m³ ao 1.º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (265 m³) ao 2.º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água, saneamento e resíduos sólidos, do mês de Junho. -----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 270 m³, cobrando-se ao 1.º. Escalão, isto é, 0,38€/m³, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Art.º. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 24/06/2009: -----

Visto. À consideração do Sr. Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQT.º. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 29/06/2009: -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. MANUEL GOMES ALVES. INFORMAÇÃO DA DAP DE 22/06/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe da D.A.P., Artur Baltazar, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição -----

MANUEL GOMES ALVES, com habitação sita no Bairro Novo, n.º. 9 - Ventuzelos - Chaves, com a Instalação de água n.º. 6630, Cliente de água n.º. 6631 vem expôr que foi confrontado com uma factura de consumo de água do mês de Junho/2009, no valor de 289,13 €,

correspondente 301 m3, ocasionados por uma rotura não detectada em tempo útil, por se encontrar o terreno com muita humidade, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 4660, de 2009.03.24, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizado, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo. -----

Dos Factos -----

Na realidade após ser constatado pelo fiscal de leituras, que havia um consumo exagerado de água, na instalação com o CIL 6630, o Assistente Operacional, Sr. António Portelinha, deslocou-se ao local, tendo verificado a veracidade dos factos, mantendo-se a instalação do contador em bom funcionamento tendo sido detectada uma rotura após o contador, no momento já resolvido o problema, da instalação. -----

Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários. -----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade do consumidor, **MANUEL GOMES ALVES**, proprietário da instalação. -----

Da Petição -----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

a) Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--

b) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 301 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1.º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (296 m3) ao 2.º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água e resíduos sólidos, do mês de Junho/2009. -----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 301 m3, cobrando-se ao 1.º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água, saneamento e resíduos sólidos.-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 24/06/2009:--

Visto. À consideração do Sr. Vice-Presidente. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTº. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 29/06/2009: -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. MARIA ISABEL de FREITAS e RIBEIRO TAVARES. INFORMAÇÃO DA DAP DE 22/06/2009 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe da D.A.P., Artur Baltazar, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição-----

MARIA ISABEL de FREITAS BORGES e RIBEIRO TAVARES, residente na cidade de Parede, responsável pela habitação do seu falecido pai sita na Rua das Casas dos Montes, n.º. 131 - Chaves, com a Instalação de água n.º. 1944, vem expôr que foi confrontada com duas facturas de consumo de água, respectivamente nos valores de 1.106,42 € e 600,75 €, correspondente 346 m3 e 241 m3, respeitantes aos meses de Janeiro e Março/2009, ocasionados pelo rebentamento da canalização em sequência das condições climatéricas (geadas fortes e nevão) que se fizeram sentir este ano, tendo dado origem a inundação no rés-do-chão do referido imóvel, não detectada em tempo útil, por se encontrar a viver em Parede, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 9007, de 2009.06.15, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizada, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo, e a religação com isenção do pagamento do contrato de água. -----

MARIA ISABEL de FREITAS BORGES e RIBEIRO TAVARES, residente na cidade de Parede, responsável pela habitação do seu falecido pai sita na Rua das Casas dos Montes, n.º. 131 - Chaves, com a Instalação de água n.º. 1944, vem expôr que foi confrontada com duas facturas de consumo de água, respectivamente nos valores de 1.106,42 € e 600,75 €, correspondente 346 m3 e 241 m3, respeitantes aos meses de Janeiro e Março/2009, ocasionados pelo rebentamento da canalização em sequência das condições climatéricas (geadas fortes e nevão) que se fizeram sentir este ano, tendo dado origem a inundação no rés-do-chão do referido imóvel, não detectada em tempo útil, por se encontrar a viver em Parede, pelo que vem, através do requerimento com registo de entrada n.º. 9007, de 2009.06.15, solicitar "a revisão do valor debitado", no sentido de não ser penalizada, solicitando o pagamento da água gasta ao preço do escalão mais baixo, e a religação com isenção do pagamento do contrato de água. -----

Dos Factos-----

Na realidade, nesta instalação de água existem dividas desde Janeiro/2009, tendo originado o corte de água efectuado no dia 05/Junho/2009, pelos serviços tendo-se verificado indícios de rotura na instalação. -----

Do Direito-----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais, é da responsabilidade dos proprietários. -----

Nesta conformidade, a rotura na instalação, é da responsabilidade da consumidor, **MARIA ISABEL de FREITAS BORGES e RIBEIRO TAVARES**, proprietária da instalação. -----

Da Petição-----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

- a)** Indeferir a pretensão da requerente, tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor;--
- b)** Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 587 m3, cobrando-se 5 m3 ao 1.º. Escalão, isto é 0,38 € e os restantes metros cúbicos (582 m3) ao 2.º. Escalão (0,70 €), acrescidos das quotas de disponibilidade referente à água e resíduos sólidos, dos meses de Janeiro e Março/2009.-----

c) Anulação da factura e emissão de uma nova, tomando como valor do consumo de 587 m3, cobrando-se ao 1º. Escalão, isto é, 0,38€/m3, acrescidos das quotas de água e resíduos sólidos. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Artº. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 24/06/2009:--

Visto. À consideração do Sr. Vice-Presidente.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTº. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 29/06/2009: -----

Visto. À Reunião de Câmara para deliberação. Proponho a aprovação da hipótese da alínea b). -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XII

EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. ALTERAÇÃO N.º 09 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E N.º 09 AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. MODIFICAÇÃO N.º 10. PARA CONHECIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFEP. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º9. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º. 7/DGFEP/SP/2009. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Na sequência do acidente ocorrido dia 12 de Junho, do qual a D. Maria Adelaide Santos Alpande Peão foi vítima, quando circulava no

Largo General Silveira, foram apresentadas despesas de saúde, no valor de 182,50€ (cento e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia 250€ (duzentos e cinquenta), o Município deverá liquidar directamente à lesada, o valor de 182,50€ (cento e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 19 de Junho de 2009 -----

A Funcionária -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.06.25. -----

Visto. Concordo. Sugere-se o agendamento da presente informação para a próxima reunião de câmara. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.25. -----

Concordo. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º. 8/DGFEP/SP/2009. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, remeteu para este sector, exposição apresentada pelo Sr. Fernando Augusto Chaves, na qual responsabiliza o Município, pelos danos causados na sua viatura Peugeot 405 VA-16-27, provocados pela projecção de uma pedra do corta relvas. -----

Na sequência da exposição apresentada, e posterior confirmação da Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 113,66€ (cento e treze euros e sessenta e seis cêntimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia 250€ (duzentos e cinquenta), o Município deverá liquidar directamente ao lesado, o valor de 113,66€ (cento e treze euros e sessenta e seis cêntimos). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 25 de Junho de 2009 -----

A Funcionária -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2009.06.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.25. -----

Concordo. À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. CEDENCIA DA LOJA N° 42 DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO N° 42/DDE/09 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Em virtude de se tratar de uma situação idêntica à da loja n° 39, e que por sua vez a Divisão Administrativa e dos Serviços Jurídicos desta Autarquia, produziu a informação n° 32/2009, (da qual se anexa fotocópia). Face ao Despacho datado de 2009/06/12, da Vereadora Dra. Maria de Lurdes Campos, em que é da opinião de que esta petição deve ter o acolhimento da anterior. -----

Tendo em atenção a informação aqui referenciada, julgamos não haver qualquer inconveniente no solicitado pelo Sr. Armino Pintor Venâncio, salvaguardando os superiores interesses da Autarquia, mantendo as mesmas regras utilizadas para a loja n° 39, não ultrapassar o prazo estipulado para o caso anterior. -----

Assim e face às razões já enunciadas, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima Reunião de Câmara, do executivo Camarário, com vista a que aludido órgão adopte deliberação no sentido de autorizar, pelo período de 2 meses (Julho e Agosto), a disponibilização da loja n° 42 do Mercado Municipal de Chaves, ao Sr. Armino Pintor Venâncio, mediante as condições da Informação n° 32/2009, da Divisão Administrativa e dos Serviços Jurídicos datada de 2009/05/29. -----

À consideração superior. -----

O Chefe de Secção -----
(Isaac Cruz Dias) -----

DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2009.06.26. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**XIV
DIVERSOS**

**XV
ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA
(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
e ulteriores alterações)**

1. AGUAS DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO - TRANSMISSAO DE ACÇÕES DA EHATB SA - PROPOSTA N°. 60/GAPV/2009 -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

I - Enquadramento: -----

1) Considerando a recepção do ofício refa. OF/3680/09, de 15 de Junho do corrente ano, proveniente da ATMAD, S.A. através do qual é

comunicado conforme documento em anexo, o interesse manifestado pela EHATB, S.A., na qualidade de accionista na empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A, em alienar as 448.918 acções que possui no Capital Social da referida empresa - ATMAD, S.A.; -----

2) Considerando que, pretende a empresa EHATB, S.A. conhecer por parte da ATMAD, S.A. e restantes accionistas, o eventual interesse na aquisição das referidas acções; -----

3) Considerando que o Município de Chaves, na qualidade de accionista da empresa ATMAD, S.A, dever-se-á pronunciar quanto ao eventual interesse na aquisição das aludidas acções e transmitir tal intenção à empresa ATMAD, S.A. -----

II - Proposta: -----

1) Manifestar a posição do Município em não adquirir as acções que a empresa EHATB, S.A detém na ATMAD, S.A., e que pretende alienar, uma vez que não existe interesse em aumentar a participação pouco expressiva (2,8%) que o Município detém na ATMAD; -----

2) Que a presente proposta seja submetida a uma próxima reunião de órgão executivo, ao abrigo do artº 83, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações promovidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, uma vez que não foi possível ser a mesma agendada na ordem do dia e face ao reduzido prazo para comunicar a intenção do Município; -----

3) Que seja transmitido o teor da decisão constante da presente proposta, até final do corrente mês de Junho, em cumprimento do solicitado no ofício proveniente da empresa ATMAD, S.A. -----

Chaves, 30 de Junho de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----

(Dr.João Gonçalves Martins Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

